

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA

MARILIA LIMA PEREIRA

**OCUPAÇÕES, COTIDIANO E GÊNERO: RECORTES DE UM CUIDADO
LOCALIZADO.**

NITERÓI – RJ 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA

MARILIA LIMA PEREIRA

**OCUPAÇÕES, COTIDIANO E GÊNERO: RECORTES DE UM CUIDADO
LOCALIZADO.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, da Universidade Federal Fluminense, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Estudos da Subjetividade. Linha de Pesquisa: Clínica e Subjetividade.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA

MARILIA LIMA PEREIRA

**OCUPAÇÕES, COTIDIANO E GÊNERO: RECORTES DE UM CUIDADO
LOCALIZADO.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal Fluminense.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Monteiro – Orientadora Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^a Dr^a Márcia Oliveira Morais Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^a Dr^a Samira Lima da Costa Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFF

AGRADE(SER)

À TEIA VISÍVEL E INVISÍVEL QUE SUSTENTA O MEU MUNDO.

Olhando a tela em branco, me vejo pensativa sobre os tantos nomes que deveria recordar neste curto agradecimento. Digo isto porque não me refiro apenas aos que participaram ativamente do processo desta escrita, mas sobretudo daqueles que fizeram parte do caminho que me trouxe até aqui.

Assim, apesar dos muitos rostos que me chegam à memória, prefiro incluir nestas poucas linhas todos os seres, humanos e não humanos, visíveis e invisíveis que tornaram essa jornada possível. Da lembrança de minhas ancestrais, que trouxeram ao mundo a linhagem da qual faço parte, à terra que em sua generosa oferta, produz o alimento que sustenta meu corpo em meio ao mundo.

Agradeço também à rede imensurável que mantém vivos os espaços e serviços que me permitiram ir e vir, comer, vestir e toda a sorte de necessidades em que me vejo atendida, nestes e em outros dias. Agradeço às amigas, mulheres e colegas com quem tive bons e sinceros encontros.

Agradeço ao meu pai por cada ensinamento seu, pela sua força e coragem, que me ensinaram a também experimentar o mundo. Ele que carregava em seus pertences, minha carteira de estudante e repetia sempre que tinha a oportunidade: “Viu, minha filha se formou doutora.” E ainda que eu não fosse e ainda que ele soubesse, seu

orgulho ecoava pelo fato de ter me apoiado a chegar aonde não pôde. Assim, agradeço pela sua vida, que generosamente engrandeceu a minha.

Agradeço também aos professores que investiram incontáveis horas de estudo e ensino e considerável perseverança no sonho de educar. Agradeço sobretudo, por despertarem em mim o interesse pelas pequenas perguntas, que me levam ao ordinário e ainda assim, extraordinário da vida.

Agradeço ao cuidado gestado nos encontros que por obra do acaso ou destino foram possíveis em minha profissão. Agradeço a possibilidade de aprender com inúmeras mulheres, por sua força e coragem. Por seu afeto, por suas lutas, suas histórias e reinvenções.

Que a vida seja Vida, para todos nós.

RESUMO

Esta dissertação busca compreender a relação entre gênero e cuidado a partir de uma perspectiva histórica e política, destacando como a construção social do papel da mulher esteve atrelada à manutenção da família burguesa por meio da naturalização do trabalho de cuidado. Partindo das memórias e encontros com outras mulheres e de vivências pessoais de cuidado e luto, o texto tensiona as imposições e normatizações de gênero que perpassam estes fragmentos, evidenciando como essas estruturas influenciam tanto a vida individual quanto coletiva. Ao problematizar a ideia do cuidado como um dever feminino, a pesquisa investiga as violências simbólicas e materiais que emergem da expectativa social de que as mulheres se dediquem ao outro, enquanto suas próprias subjetividades são moldadas por esse imperativo. Para tanto, são exploradas as dimensões afetivas, históricas e políticas do cuidado, buscando desnaturalizar as convenções de gênero e abrir caminho para novas possibilidades de existência, escolha e ação no mundo.

Palavras-chave: Gênero, cuidado, história das mulheres, subjetividade, cotidiano, terapia ocupacional.

ABSTRACT

This dissertation seeks to understand the relationship between gender and care from a historical and political perspective, highlighting how the social construction of women's roles has been linked to the maintenance of the bourgeois family through the naturalization of care work. Drawing from memories, encounters with other women, and personal experiences of care and grief, the text challenges the gendered norms and impositions that permeate these fragments, demonstrating how these structures influence both individual and collective life. By problematizing the idea of care as a feminine duty, the research investigates the symbolic and material violence that arises from the social expectation that women dedicate themselves to others while their own subjectivities are shaped by this imperative. To this end, the affective, historical, and political dimensions of care are explored, aiming to denaturalize gender conventions and open paths to new possibilities for existence, choice, and action in the world.

Keywords: Gender, care, women's history, subjectivity, everyday life, occupational therapy.

"Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever."

(Glória Anzaldúa)

SUMÁRIO:

1.0 ATRAVESSAMENTOS	11
1.1 UM BOM CUIDADO.....	13
1.2 CUIDADO NOS ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: UMA ÉTICA FUNDAMENTAL.....	15
1.3 COTIDIANO, MATERNIDADE E CUIDADO.....	17
2.0 RECURSOS E MODOS DE CAMINHAR: O QUE PODE A PALAVRA ENCARNADA?	22
3.0 MULHERES QUE CUIDAM - CONVERSA COM AUTORAS	25
3.1 PODER E AFETO NO BRASIL DE 1500	28
4.0 QUAL É O CUIDADO QUE NOS MOVE?.....	31
4.1 O EXERCÍCIO DE SANCOFA.....	33
I - Olhar para trás: Ancestralidade e Modos e Vida	
II - Olhar o presente, redimensionar o passado e ressignificar o futuro	
4.2 A TAREFA DO CUIDADO.....	36
5.0 QUE CORPOS OCUPAM O CUIDADO.....	41
5.1 AUTOCUIDADO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA.....	44
6.0 - AMOR E COMUNIDADE COMO POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA.....	50
IMAGENS: ARTE PARA TRILHAR AFETOS	56

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
---------------------------------	----

1.0 ATRAVESSAMENTOS:

"Um movimento feminista nem sempre acontece em público.

*Um movimento feminista pode estar em curso
no momento em que uma mulher desaba,
naquele momento em que ela não aguenta mais
a violência que satura seu mundo."*

Sara Ahmed

São 7h da manhã e aos poucos a equipe chega para a primeira reunião do dia. Avisos sobre eventos internos, agenda de avaliações e casos clínicos são trocados naquele espaço. Naquele dia a mãe de um usuário do serviço, havia convocado uma reunião com toda a equipe. Pairava no ar um certo incômodo. Ouço frases como “essa mãe é muito chata”, outros contam de reclamações anteriores, apontando para uma personalidade demandante. Às 8h em ponto ela chega. Com seus olhos azuis amendoados, se senta à minha frente e aguarda a chegada de toda a equipe. Iniciamos nossa conversa e ela nos conta dos percalços com a escola, uma instituição militar. Fala de como a mesma havia responsabilizado a equipe clínica, em manejá o comportamento de seu filho, diagnosticado com autismo grave, comumente classificado na literatura científica comportamental como “nível 3 de suporte”. Em sua fala, ela traz o seguinte pedido: de que a equipe possa trabalhar de forma conjunta com a escola. Imagina que se todos os profissionais operassem na mesma direção, algo de diferente poderia acontecer. Como resposta, a equipe aponta o dever da escola em seu exercício de inclusão, afirmando haver uma tarefa própria da instituição de ensino, em pensar estratégias de permanência e adaptação pedagógica para a criança. Há desta forma, por parte da equipe uma negativa, quase que imediata. Os

colegas um a um vão elencando a sua conduta clínica, numa tentativa talvez discreta de defender o trabalho ali desenvolvido. Em outro momento, ela é relembrada de que não tem executado as atividades solicitadas por alguns profissionais, e que deveriam ser ofertadas no ambiente domiciliar como parte do processo terapêutico. Levantam-se também questões sobre a recente ausência da criança ao serviço e a possibilidade de que sua vaga fosse retirada, caso não houvesse justificativas médicas para o fato. Assim, esta mulher recebe a sugestão de que há por parte da escola e também dela uma falha no processo de cuidado, e que assim, nada de novo poderia ser feito. Lembro de ouvi-la dizer já com a voz embargada: “é que eu não estou dando conta”. Lembro de ver seu rosto sendo tomado por um certo rubor seguido de um choro que se seguia de um soluço e depois do choro novamente. Um copo de água surge “generosamente” diante dela, e eu peço a palavra para sugerir uma reunião com a escola. Trocar experiências, pensar soluções, criar laços que nos permitissem lembrar sobre como cuidar talvez fosse habitar a invenção. Aproveito para perguntá-la sobre seu acompanhamento psicológico e sobre os outros espaços de vida, redes de apoio e cuidado que porventura ela pudesse encontrar em sua rotina. Ela me conta que depois do diagnóstico de autismo do filho alguns anos atrás, o cuidado da criança e afazeres domésticos se concentraram nela. Fala dos desafios de ocupar outros espaços, como o de lazer ou mesmo organizar seu próprio cuidado em saúde, devido à rotina intensa de terapias direcionadas ao filho. Nos conta da culpa que carrega por sentir que precariza a relação e presença junto à filha mais velha. Em outro momento, lamenta-se de nunca ter exercido a carreira de advogada, já que na atual dinâmica, priorizou o cuidado materno e doméstico, em favor do crescimento profissional do marido, um militar em franca ascensão em seu posto de trabalho.

Este é o relato de como comecei este trabalho. Olhando para as histórias, tão comuns em espaços de cuidado. Foi assim que me senti convocada à escrita e a pesquisa. Nesse momento, a história de mulheres, mães de pessoas com deficiência, era parte de meu cotidiano. E o trabalho apontava para a relação entre cuidado, maternidade e deficiência, alinhavando as questões de gênero e a vivência destas

mulheres, que doutoras ou não, me ensinavam um pouco mais sobre o que é ser mulher no mundo.

Nesta época eu ainda não concebia a tarefa de me colocar como alguém que é também pesquisada. Ainda que fosse atravessada pela experiência do cuidado que percorria meus dias, meus olhos estavam voltados às mulheres e seu cuidado a pessoas com deficiência, a especificidade com que suas rotinas eram capturadas e a direta correlação com as questões de gênero. Eu não podia imaginar que poucos meses depois, eu seria convocada ao que chamo de “transfigurar em uma mulher que cuida de um outro alguém”, de maneira que toda a minha vida fosse modificada. Portanto, esta é uma história real sobre mulheres reais, sobre uma pesquisadora real. Carne e osso, lágrimas, raiva, medo, alegria e outra vez medo.

A experiência de deslocar o que leio e o que sinto em palavras, foi para mim talvez o maior desafio em minha escrita. Não porque não pudesse escrever. Mas porque escrever ainda me dói e desperta memórias, coisas para as quais ainda não tenho nome. Dar tempo ao tempo da dor, em um calendário acadêmico, era parte do que me desafiava. Como escrever, produzir, dar à luz, quando tudo pede silêncio, parada, descanso, cessação? Só as Deusas, minha terapeuta e algumas amigas, sabem o quanto foi difícil chegar até aqui. Por isso, ao lerem o trabalho que se segue, saibam que escrever na dor e sobre a dor, é um exercício visceral, próprio daquilo que chamamos de humano.

1.1 UM BOM CUIDADO

Ao iniciar o percurso desta pesquisa, meus olhos estavam atentos à recorrência de palavras como :cansaço, exaustão, solidão, medo. Toda sorte de experiências afetivas e físicas que surgiam em meus encontros com mulheres, cuidadoras de pessoas com deficiência. Reconhecer a rotina desafiante destas mulheres, foi um caminho necessário de escuta e aprendizado.

Para realizar um bom cuidado, atendendo em uma clínica particular, em uma área de classe média da cidade de Juiz de Fora, em atendimentos cronometrados, em uma sala com câmeras, em uma agenda lotada, sempre foi preciso recusar algumas normas. Recuar ao que nos é prescrito, talvez seja um bom começo para se produzir um bom cuidado. Quando a saúde perpassa a lógica capitalista e sua acumulação de capital, espreitar-se entre as salas de uma clínica, para incluir a mãe em uma sessão de seu filho, de forma a poder acolhê-la, trocar telefones, abraçar, olhar nos olhos, saber como vão seus dias, sua saúde, seu tempo livre, se há tempo livre, se há redes de suporte, amigos, amantes. Todas estas lacunas, quase sempre sem resposta e quase sempre sem perguntas, precisam ser olhadas, para que as mulheres que sustentam o mundo, com seu tempo, corpos e dedicação, sejam vistas e ouvidas e amparadas, para além de um reconhecimento de sua força e resiliência.

Há muito tenho dito que o discurso que nos parabeniza pela força diante das dificuldades, é um recurso cruel e sutil que nos obriga a orgulharmo-nos de nossa própria exploração. Romantizar, normalizar o cuidado não remunerado ou precarizado, incluindo neste pacote o gênero e a suposta predisposição ao um outro, constituem um projeto histórico de construção de uma sociedade e modo de produção, que não poderia existir sem a presença de mulheres nos espaços privados, cuidando da casa, da educação e dos filhos de seus homens. Quando tocamos no tema maternidade, encontramos uma clara naturalização do cuidado feminino. A mulher em todos os espaços, inclusive os acadêmicos, precisou desbravar um longo caminho, para se fazer ouvir e produzir o que chamamos de conhecimento.

Em meus atendimentos como terapeuta ocupacional, alinhar as discussões de gênero e deficiência, me pareceu de certa forma urgente. Primeiro para que pudéssemos alcançar aqueles de quem cuidamos, de maneira que as estruturas interseccionais que produzem seu sofrimento sejam vistas, compreendidas e elaboradas em nosso processo de cuidado. Em um segundo plano, para poder produzir outras práticas, construindo novas visões e ações que possam reencantar o mundo, a partir de um bom cuidado.

1.2 CUIDADO NOS ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: UMA ÉTICA FUNDAMENTAL.

Débora Diniz, antropóloga, professora e pesquisadora, nos apresenta em seu livro “*O que é Deficiência?*” um pouco do que seria a constituição da primeira geração de teóricos do modelo social da deficiência. Para a autora, encontramos inicialmente um espaço ocupado por homens brancos e deficientes, que mobilizaram a partir de seus lugares, avanços consideráveis na discussão da multiplicidade dos corpos e seus modos de vida.

Havia para estes homens duas grandes premissas: a descentralização do discurso médico sobre a deficiência e a introdução de uma leitura sociológica, que presumia a necessidade da eliminação de barreiras sociais; numa crítica direcionada ao próprio capitalismo como produtor de desigualdade, por sua clara incapacidade em responder à diversidade da variação corporal humana. Para estes autores, a retirada destas barreiras daria aos deficientes condições igualitárias para se tornarem sujeitos produtivos e participantes da sociedade. Uma visão que futuramente seria criticada e ampliada pelo movimento feminista e que compreenderemos no desenrolar deste trabalho (DINIZ, 2003, 2007).

A entrada de abordagens feministas trouxe de fato outras perspectivas, apontando para o que se chama de segunda geração do modelo social da deficiência. Se antes, as temáticas a respeito de gênero eram dadas de forma tímida e incipiente, a partir dos anos 90 e 2000, as teóricas trouxeram à tona questões como a subjetividade, a dor e a vulnerabilidade na deficiência, além da problematização de conceitos como autonomia, independência e cuidado. Foi nessa seara de discussões que o tema “cuidadores de pessoas com deficiência” surgiu com mais força, dando voz a mulheres que apontavam a complexa relação entre deficiência e gênero. (DINIZ, 2003,2007; GARLAND-THOMSON, 2002 ; MELLO, NUERNBERG; 2012)

Eva Kittay, filósofa, teórica feminista e mãe de uma filha com paralisia cerebral, foi uma das pioneiras do movimento ao apontar dois grandes argumentos sobre as relações entre cuidado, justiça e igualdade social: o cuidado para a autora deveria ser um princípio ético e de responsabilidade não apenas da família, mas do Estado e da sociedade. Além disso, apontava os conceitos de independência como pouco acessíveis à própria experiência humana, sugerindo a interdependência como termo e condição mais adequada para se pensar o que a própria autora denominou uma ética *do cuidado* (KITTAY, JENNING e WASUANNA, 2005).

Para Kittay, todos nós, em diferentes etapas da vida, experimentamos vínculos de interdependência. Do nascimento à morte, estes vínculos seriam responsáveis por estruturar nossas relações, sustentando o cuidado como lugar de garantias fundamentais. Assim, o cuidado exerceria não apenas uma instância social e desvinculada da função feminina, mas uma experiência humana da alteridade, da relação e da abertura às necessidades de um outro.(GUIMARÃES,2010; KITTAY,1999 ;MORRIS,2001)

Tal perspectiva foi duramente criticada por alguns teóricos do movimento, que apontavam a necessidade do cuidado enquanto um lugar de subalternidade e dependência. Tencionamos aqui a interlocução entre os modelos de produtividade neoliberal e as dinâmicas de autonomia masculina - próprias do universo patriarcal - que de certo ponto, apostaram na independência como a experiência do desempenho e sucesso pessoal.

Uma expectativa que segue mascarando a realidade de que esses mesmos homens, atuam no mundo público, vestidos, alimentados e tendo seus filhos educados, por meio de trabalhos invisíveis e pouco ou não remunerados, de mulheres, que ao longo de suas vidas, vivem o apagamento e desvalorização de seu trabalho. Um outro ponto não menos importante, e que sugere a falácia dessas críticas, é a condição clínica e social de deficientes e doentes crônicos graves, sujeitos ao cuidado e apoio constante para a manutenção da própria vida (DINIZ, 2003; HITARA, 2014; PASCALE MOLINIER e PATRÍCIA PAPERMAN, 2015; TRONTO; 2013).

Raquel Guimarães nos aponta em seus escritos que:

Em sociedades que não reconhecem a dependência, frequentemente a pessoa que cuida é explorada e invisibilizada. O trabalho do cuidado ocupa uma posição inferior em uma hierarquia de gênero que organiza a vida em sociedade, por isso não há políticas públicas voltadas ao cuidado, tampouco proteção social para quem o exerce. A questão da deficiência compreendida sem a abordagem transversal de gênero produz impactos significativos na vida de pessoas que exercem o ofício do cuidado (GUIMARÃES, 2010, p. 210).

A ética feminista do cuidado propõe portanto desconfinar o cuidado do espaço privado, ampliando as discussões a cerca das políticas e de uma ética que trascenda a questão da deficiência.

1.3 COTIDIANO, MATERNIDADE E CUIDADO

Para compreender a profunda relação entre gênero e cuidado, é necessário resgatar um processo de construção histórica e política. O papel da mulher em acumular funções, a partir de um discurso de amor, sacrifício e devoção familiar foi construído em países europeus por quase 300 anos, de forma que a função de cuidadora integral dos filhos, tivessem um papel fundamental na manutenção da família burguesa. Essa lenta produção histórica e sexista, resultou na total responsabilização da mulher pela reprodução e manutenção do próprio ciclo de vida, que iria da contracepção à vida adulta, processo que veremos mais adiante neste trabalho. (SCAVONE, 2003)

A escolha pelo termo mulher, antes de mãe, aponta o tensionamento deste trabalho, que propôs em um primeiro momento pensar os atravessamentos de gênero e a forma com que estes repercutiam nas esferas individuais e coletivas da vida. Assim, sinalizar a direta relação entre o gênero e as transformações ocupacionais a que estas mulheres estão sujeitas, foi o caminho para que esta escrita não se deslocasse das questões políticas a que estão envolvidas.

Ainda que o termo mulher inspire a noção de uma experiência ou identidade fixa, nos ocupamos nesta pesquisa da justa reflexão sobre suas armadilhas e imposições relacionadas ao gênero, algo que nos ajuda a transitar pelos lugares cativos, inscritos há muito tempo pela normatização dos corpos, das ideias e dos signos que compõem a linguagem estética do cotidiano. Como nos aponta Judith Butler, em seus escritos sobre a performance social do gênero:

O gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente. Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial de identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída (BUTLER, 1988/2018, p. 3).

Assim, ao me debruçar sobre o cotidiano das mulheres que escuto em meus atendimentos, pude reconhecer o que tensiona Rachel Soihet, em seus estudos sobre Hannah Arendt. A percepção sobre o público e o privado e a forma como o espaço privado: a casa, o lar, encerra mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência a uma experiência de subalternidade, nos conta sobre como a limitação destes grupos nos espaços públicos os tira do lugar da palavra, do debate e da própria experiência política. (MARTIN 2006; SOIHET, 1989)

Para as mulheres cuidadoras e mães de pessoas com deficiência, há particularidades neste processo. É quase sempre seu, o ônus de uma criança gerada com deficiência ou doença genética; não apenas pelo tempo de vida dedicado, mas também porque em seus corpos será inscrito o estigma de um útero defeituoso, incapaz de gerar uma vida que sirva aos interesses de uma sociedade moderna e produtiva. (CLÍMACO, 2020)

Ao longo da prática e encontro com estas mulheres, fui testemunhando o processo de luto, em que a perda do filho ideal, dá lugar a profundas transformações

em sua rotina. Diagnósticos, exames, espaços de saúde e educação, estão inclusos em seus cotidianos. Alterações na renda familiar, dificuldades em acessar espaços públicos de lazer e entretenimento, são algumas das questões levantadas. Quando trabalhadoras, espera-se com especial naturalidade, que abdiquem de seus empregos em detrimento do cuidado materno e doméstico, ou que equilibrem com primazia trabalho e cuidado doméstico, de forma que ainda que participem da vida pública, e a depender do nível de dependência de seus filhos, precisarão ocupar o papel de mediadoras, intérpretes e terapeutas dos sujeitos que cuidam, sendo este um outro modus de ocupação que detêm em si novas capturas de seus cotidianos.

Assim nos deparamos com a frequente necessidade da reinvenção de seus papéis e rotina. Para algumas mulheres, haverá a precarização de espaços de vida já conquistados. Carreira, viagens, círculos sociais, lazer, vida sexual, podem ser reduzidos, modificados ou eliminados de suas vidas. Em outras circunstâncias, estas mulheres precisam aprender a operacionalizar e gerenciar novos espaços, em um processo que as leva a ocupar outros papéis ocupacionais, quando por exemplo suas rotinas se tornam imersas em centros de tratamento e reabilitação em saúde, obrigando-as a aprenderem técnicas, termos e manejos relacionados ao saber biomédico.

Assim, problematizar o cotidiano de mulheres, mães de pessoas com deficiência, torna-se um necessário percurso pelo terreno pedregoso do patriarcado e de seus sistemas de poder e dominação. A inserção dos estudos da cotidianidade, nos oferece lugar a necessária reflexão sobre os papéis e desempenho a que estas mulheres são sujeitadas e nos permite endereçar uma esfera que é ao mesmo tempo íntima e social

Como aponta a terapeuta ocupacional Sandra Galheigo, ao citar Lefebvre um teórico do cotidiano: o cotidiano não é apenas um conceito, mas um “[...] fio condutor para conhecer a ‘sociedade’, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica, a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura)”. Assim, segundo Galhego, o conhecimento do cotidiano nos permite conhecer o que nele antes era oculto. Biografias, hábitos, desejos, aspectos sociais, culturais e econômicos são

entrelaçados, de maneira que seja possível acessar o espaço tempo, em que se inscrevem a cultura, as histórias de vida e suas relações sociais. (GALHEIGO, 2020, pag 21).

Quando pensamos na complexidade dos papéis e esferas ocupacionais, e na forma como apontam os níveis de participação social, nos deparamos com inúmeros relatos e pesquisas, que comumente apontam para a maternidade de pessoas com deficiência, como experiência diretamente ligada à redução de participação em espaços sociais, sejam eles públicos ou privados. (ALVES, COSTA, 2014; MILLER, 1995 ; ROCHA, SOUZA, 2018).

De fato, é importante compreender, que a redução da participação destas mulheres nos espaços públicos, apontam outras questões sociais. Segundo dados de 2019, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc-IBGE, 2019), “mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas por semana com afazeres domésticos e cuidado de pessoas em 2018, quase o dobro do que os homens gastaram com as mesmas tarefas – 10,9 horas”. Estes resultados apontam para o aumento da ocupação feminina em atividades instrumentais da vida diária.

Para a AOTA (American Occupational Therapy Association), esta categoria de ocupação relaciona-se de modo geral, ao gerenciamento da casa e do cuidado com os outros. Esta ampliação na participação de mulheres em tarefas domésticas e de cuidado, nos aponta um outro cenário de discussões, desdobrando a maneira como compreendemos as relações de gênero e participação ocupacional. Podemos por exemplo relacionar o trabalho doméstico não remunerado de mulheres, à redução da participação de espaços coletivos e políticos. Flávia Biroli ao falar sobre gênero e desigualdade, nos aponta a gestão do cuidado como um parâmetro para se pensar a democracia:

7

Há, como na divisão sexual do trabalho, um paralelo entre as posições de desvantagem nas relações de cuidado e a exclusão ou baixa presença nos ambientes em que leis e políticas são definidas. Isso nos leva ao segundo motivo para considerar o cuidado como problema para a democracia. As relações de cuidado, apesar de envolverem dimensões profundamente pessoais e afetivas da vida, organizam-se em ambientes institucionais e econômicos específicos. As alternativas nas relações cotidianas e os padrões correntes de sociabilidade e solidariedade são estruturados, e pesam neles os

padrões de responsabilização e as formas de concentração de poder correntes (Biroli pág, 54).

Assim, ao nos debruçarmos pelo cotidiano de mulheres, mães de pessoas com deficiência, encontramos um cenário de profundos entrelaçamentos, onde gênero, cultura, linguagem, raça e capital, se encontram, constituindo um quadro de múltiplas dinâmicas interseccionais, confirmando assim a relevância do que há no tecido da cotidianidade, representado por estruturas, práticas, mas também por recursos e ferramentas que podem contribuir para a construção de uma subjetividade capaz de produzir a renúncia a determinadas dinâmicas de opressão e alienação.

Neste sentido, Agnes Heller, outra teórica da cotidianidade, nos aponta em seus estudos a importância do conflito e do que a própria autora denomina “rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo”. Para Agnes, há para os sujeitos a possibilidade de uma recusa ao ideal, ao dever-ser, enquanto um limitador das possibilidades humanas, “já que os homens não são manipuláveis indefinidamente em qualquer direção, existindo um ponto limite, um limes no qual deixam de ser objetos e se transformam em sujeitos”(HELLER, (2000, p. 99).

Para operacionalizar esta escrita, que se utiliza da cotidianidade, do encontro e daquilo que transpassa o corpo de quem pesquisa, utilizaremos recursos da escrita e da memória como objetos de análise e reflexão.

2.0 Recursos e modos de caminhar: o que pode a palavra encarnada?

O que pode a pesquisadora, quando encontra no corpo, memórias e afetações, que se tornam histórias, perguntas e reflexões?

O caminho aqui proposto é o da escrita de narrativas com recortes temáticos, que versam acima de tudo, sobre memórias e encontros que remetem ao tema das mulheres cuidadoras. Os textos apresentados nos próximos capítulos são construídos como retalhos de muitas histórias. Experiências que atravessam os olhos, ouvidos, a pele, e que dão lugar a algo que nos acontece.

Como nos diz Jorge Larrosa, em seu livro “Tremores” :

O sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos. Se escutamos em francês, em que a experiência é “ce que nous arrive”, o sujeito da experiência é um ponto de chegada, um lugar a que chegam as coisas, como um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar. E em português, em italiano e em inglês, em que a experiência soa como “aquilo que nos acontece, nos sucede”, ou “happen to us”, o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos.(Larrosa, pag 18)

Assim, a tentativa nesse tipo de escrita é transcrever a experiência em matéria prima para uma escrita localizada, na medida em que afetos e acontecimentos, podem ser revisitados, elaborados e conectados às tensões e estruturas próprias do cotidiano.

Sara Ahmed (2022) , pesquisadora e ativista, aponta em seu livro Viver uma vida feminista, a possibilidade de “reabitar o passado”, e reconhecer naquilo que nos aconteceu, uma maneira de localizar o sexismo, a violência e os próprios arranjos sociais que encerram mulheres em espaços e papéis cativos.

A escrita de retorno aos acontecimentos, torna-se então não apenas um recurso ético, político e pessoal, mas também um instrumento de denúncia e elaboração de novas formas de se ocupar o mundo, na medida em que amplia a consciência sobre aquilo que antes não podia ser nomeado. Para Ahmed dar nome às violências, torna-se ferramenta política de percepção, na medida em que desestabiliza a distinção entre sujeitos, quebrando os pactos de indiferença e desconexão:

Se um mundo pode ser o que aprendemos a não perceber, perceber torna-se um tipo de trabalho político. O que aprendemos a não perceber? Aprendemos a não perceber certos sofrimentos, de modo que, se o sofrimento de alguém que nos é estranho aparece, é apenas de modo vago, no fundo de nossa consciência. Na verdade, esta é outra forma de identificar a figura do estranho: estranhos não são simplesmente quem não reconhecemos, mas quem reconhecemos como estranhos, não apenas quem você não conhece, mas quem você não deveria conhecer. (AHMED, 2022, p 57)

Em um momento posterior, a escrita perpassa o corpo de quem escreve, na medida em que pesquisadora e pesquisada se transformam na experiência.

Quando nomeio no título deste trabalho o "cuidado localizado", faço menção às ideias de Donna Haraway, que nos convida a repensar a necessidade de reconexão entre corpo e mente, na produção do conhecimento. Combatendo a construção de verdades universais, produzidas por homens brancos e europeus. Haraway defende o que chama de um saber localizado, onde corpo e objeto encontram espaço para a produção de novos saberes, numa visão parcial que torna capaz a produção de uma ciência, não pela expressão de determinadas identidades, mas pelo posicionamento crítico sobre o seu objeto. Assim o que proponho é pensar, a partir desta vivência encarnada, as dinâmicas do cuidado e como ele se insere na vida, no cotidiano e ocupação de inúmeras mulheres em nossa sociedade, a começar por mim.

A produção deste conhecimento in vivo aponta para uma maneira de se produzir ciência e abarca sua relação com o próprio feminismo, a partir de uma racionalidade posicionada:

A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar. (Haraway, p. 33)

Assim, na medida em que a consciência nos leva também aos recursos de nossa força, é justo afirmar que o trabalho aqui proposto é escrito a inúmeras mãos. Utilizando não apenas teóricas acadêmicas, (Débora Diniz, Eva Kittay, Jenny Morris, Rosemarie Garland- Thomson, Anahi Guedes, Agnes Heller, dentre outras, mas todo o conjunto de mulheres, mestras do cotidiano, que ao cruzarem meu caminho, me trouxeram a exata medida do que seja encontro e reinvenção.

Para definir um estilo e compor a abordagem da escrita de si defendida por teóricas(os), estudiosas(os) e escritoras(es) como Carolina Maria de Jesus (1986), Maria da Conceição Evaristo (2005), Donna Haraway (1995), Gloria Anzaldúa, (2000), Beatriz Nascimento (2007) entre outras, retorno às vivências pessoais de cuidado, que transitam entre memórias de uma vida recente e daquelas que fazem parte de minha linhagem nordestina.

Acessando as histórias de um Brasil profundo, do qual faço parte, sou convocada ao diálogo entre a escrita decolonial e aquela que abarca a vida cotidiana, de maneira que a suposta neutralidade do pesquisador dá lugar a uma escrita como recurso ético, político e também pessoal, sobre aquilo que antes não podia ser nomeado.

Para iniciar este percurso ofereço um breve levantamento histórico sobre como nós mulheres, nos encontramos imersas nos espaços de cuidado. Compreender as bases de nossa sujeição, às particularidades e interesses envolvidos na construção sexual do cuidado, é parte do que precisamos para talvez poder saber o que fazer a respeito de nós, no mundo.

3.0 CONVERSA COM AUTORAS(ES) :

MULHERES QUE CUIDAM

Como chegamos até aqui? Porque nos parece um dever cuidar? Que violências podem ser nomeadas, quando falhamos em oferecer aquilo que esperam de nós? Para entender o que nos atravessa hoje, precisaremos tocar a história de um projeto político, social e econômico, capaz de produzir em mulheres, subjetividades, padrões e regras, que estabelecem até hoje, em maior ou menor grau, uma natural sujeição ao cuidado como gesto fundamental de suas existências. Em resumo, surge diante de nós a profunda ligação entre exploração, patriarcado e o fortalecimento do capitalismo (ZANELLO, 2018).

Quando observamos a história do sistema monetário, percebemos que longe de um caminho linear e gradual, este processo de fortalecimento do capital, se deu a partir de inúmeras forças e embates, produzindo um cenário de violência e exploração ao longo dos séculos.

Para pensar no processo de constituição do modelo capitalista, utilizaremos o conceito marxista de acumulação de capital, como ponto de partida para o entendimento sobre as dinâmicas de mercado e apropriação da força de trabalho. Para analisarmos o impacto da exploração das mulheres e sua função central no processo de acumulação capitalista, usaremos os estudos de Silvia Federici, que nos aponta de forma clara e precisa o trabalho não remunerado feminino como motor mantenedor da exploração dos trabalhadores assalariados.

Esta análise se assenta sobre o processo gradual de precarização da força e participação feminina nos espaços de trabalho remunerado e de uma crescente domesticação de sua atuação. O capitalismo neste sentido manteve ao longo dos séculos, uma relação de uso gratuito da força de trabalho feminina, capaz de manter o cuidado de trabalhadores assalariados, prover suas necessidades e administrar as

tarefas do lar, sem que precisassem receber por isso. Se adicionarmos a este processo o controle moral sobre os corpos femininos e a naturalização da função materna, teremos diante de nós as bases para a produção de uma nova divisão sexual do trabalho, marcada pela exploração e silenciamento de mulheres. Como nos aponta Federici:

A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado (FEDERICI, 2017, p.146-147).

Este processo, que foi iniciado entre os séculos XVI e XVII, teve seu auge no início do séc XIX, com a constituição da “dona de casa” como figura ideal feminina. A base para este cenário, segundo Silva Federici, foi um lento e gradual projeto de degradação social das mulheres:

...as mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular, encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com status mais baixos: empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. (...) Rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino. O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário (FEDERICI, 2017 p. 183-184).

Aliada à precarização social, a constituição da família surgiu como a instituição mais importante no processo de ocultamento do trabalho doméstico não remunerado. O homem tornou-se representante do Estado e a mulher destinada ao cuidado familiar, levando à naturalização da presença de mulheres nas esferas privadas e seu afastamento dos espaços públicos. Neste contexto, as relações de poder em diferentes

camadas sociais permaneceram as mesmas, pois se nas famílias burguesas, as mulheres estavam submissas aos homens por terem bens e propriedades, nas classes trabalhadoras, a exclusão ou precarização das mulheres ao recebimento de salários, dava aos homens um poder semelhante.

Aqui talvez seja importante apontar que o processo de domesticação e degradação social das mulheres, se deu a partir de um longo projeto político, que se utilizou tanto de aparatos morais e religiosos quanto da extensa perda de direitos civis, reduzindo a presença de mulheres nos espaços públicos da cidade. Desta forma, o controle e assujeitamento de mulheres se deu por uma ampla mobilização de setores da sociedade, resultando em uma dinâmica de terror, violência e perseguição, conforme nos explica Federici (2017, p.203).

Para a autora, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era, sempre, o extermínio.”. Assim, a retirada de direitos e participação social daria lugar a outro projeto social e econômico.

A feminilização, a partir deste ponto, serviria para o complexo assujeitamento das mulheres ao trabalho gratuito e à maternidade, sendo constituído como um processo de construção de novos valores e virtudes desejáveis, ao que Federici (2017,p.205) retrataria como a “ mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas.”

A pergunta que no entanto me faço, é sobre como estes processos que se desdobraram ao longo dos séculos na Europa , repercutiram nas colônias, em especial, o Brasil? Os mecanismos do modelo patriarcal seriam impostos às terras ameríndias? Estas são perguntas que decidi investigar de forma breve, para que possamos compreender o Brasil em sua origem.

3.1 AFETO E PODER NO BRASIL DE 1500

Compreender o processo colonial brasileiro e suas particularidades, é parte do caminho proposto neste texto. A miscigenação no Brasil trouxe marcas profundas na forma como se constitui as relações de poder e nossa própria percepção sobre o apagamento político de povos originários enquanto constituintes do povo brasileiro. A análise sobre a questão de nossa mestiçagem e suas implicações com os processos de constituição de desigualdades sociais, aponta um percurso de inclusão, sobretudo, das experiências sexistas e da construção de formas específicas de se produzir afeto.

Geni Nunez (2023), escritora, ativista indígena guarani e pesquisadora brasileira, aponta em seus escritos o que chamou de “monocultura dos afetos”: um projeto colonizador e civilizatório que, segundo a autora, buscava infundir a perspectiva cristã e sua moral como única verdade.

Para Nunez, a lógica colonizadora encapsulava um conjunto de práticas indígenas, visões e modos de relação com humanos e não humanos, considerados diabólicos. Para os jesuítas, apenas a ideologia monoteísta cristã era capaz de produzir uma verdade justa e verdadeira sobre Deus, tornando as práticas indígenas incompatíveis com o modelo cristão de relação, que incluía a perspectiva de um casamento único e perfeito.

Neste sentido, a indissociabilidade do casamento como dogma cristão construiu as bases morais do adultério e do divórcio como pecado. Essa noção religiosa foi gradualmente incorporada aos meandros constitucionais das leis brasileiras, de forma que o adultério fosse considerado crime no Código Penal até 2005. A imposição moral, religiosa e jurídica sobre o casamento e seus modos de funcionamento tornou-se, portanto, um alimento ideológico para práticas de violência, controle sobre os corpos das mulheres e exploração do trabalho doméstico.

A figura da mulher indígena, sua nudez e autonomia sexual, segundo a autora, eram vistas como condutas imorais profundamente repudiadas pelos jesuítas, sendo mais abomináveis do que a própria escravidão. Essa distorção ética escancarava, nos primórdios da colonização brasileira, as dinâmicas de poder e controle sobre as mulheres, seus corpos e modos de vida.

A perpetuação desses discursos morais e religiosos se reflete até hoje nos noticiários e indicadores de pesquisa, que apontam índices alarmantes de violência contra mulheres. A 5ª edição do relatório *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*, de 2025, revela que, segundo o Instituto Datafolha, os cônjuges, companheiros, namorados ou maridos são os principais autores da violência contra mulheres, seguidos por ex-cônjuges, ex-companheiros e ex-namorados, apontando o gênero como marcador importante nas discussões acerca da violência contra mulheres.

As dinâmicas de poder e controle na sociedade envolvem a submissão das mulheres, transformando as relações de opressão em discursos que promovem a ideia de "boa conduta". Na Bíblia, por exemplo, em Gênesis 3:16, é ensinado que "a submissão ao marido faz parte de uma ordem divina estabelecida desde o princípio". Em Efésios 5:22-24, diz-se: "As mulheres sejam submissas aos seus próprios maridos, como ao Senhor". Esse projeto moral, que define o que é considerado uma boa esposa, constitui um terreno fértil para relações de dependência afetiva e, muitas vezes, financeira.

Além disso, a manutenção de papéis socialmente designados entre homens e mulheres, perpetuam a exploração do trabalho não remunerado, especialmente de mulheres não brancas, mães, pobres e pouco escolarizadas, que continuam a garantir os serviços de limpeza, cuidado com crianças, idosos, e a gestão da saúde e alimentação doméstica.

Para operar na contraposição da dependência, Geni Nunez (2023) nos fala sobre a noção de interdependência, como aspecto central aos modos de vida indígena e um importante recurso no processo de descolonização:

“A noção colonial de exploração da terra, dos rios, das matas é a mesma que opera na exploração do nosso território-corpo, esgotando-o, cansando-o, exaurindo-o. A vida é um laço de interdependências, e, para que seus fluxos se movimentem de maneira saudável, é necessário que o cuidado seja reparador. Todos os seres merecem bem viver para além de sua utilidade, de sua funcionalidade para os outros. Que as expressões afetivas sejam também sobre transbordamentos e abundâncias, e não apenas sobre faltas e necessidades.”
(pág 93)

No processo de descolonização, a dinâmica da interdependência se torna um exercício essencial, transformando o trabalho do cuidado em uma experiência circular de comprometimento coletivo. Cuidar e ser cuidado tornam-se práticas sustentáveis nesse processo. Em seus movimentos de resistência, povos, lideranças e figuras públicas de origem indígena, seguem defendendo seus modos de vida e direitos à terra e à liberdade.

Escutar e compreender suas pautas é um caminho eficaz para aprender sobre afetos genuínos, cuidado compartilhado e interdependência anticolonial. Também como oportunidade de nos reconectar com as histórias que não nos contaram, sobre o homem branco, sobre descoberta e invasão, sobre violência, territória, luta e resistência.

4.0 QUAL É O CUIDADO QUE NOS MOVE?

AS MULHERES DA MINHA HISTÓRIA

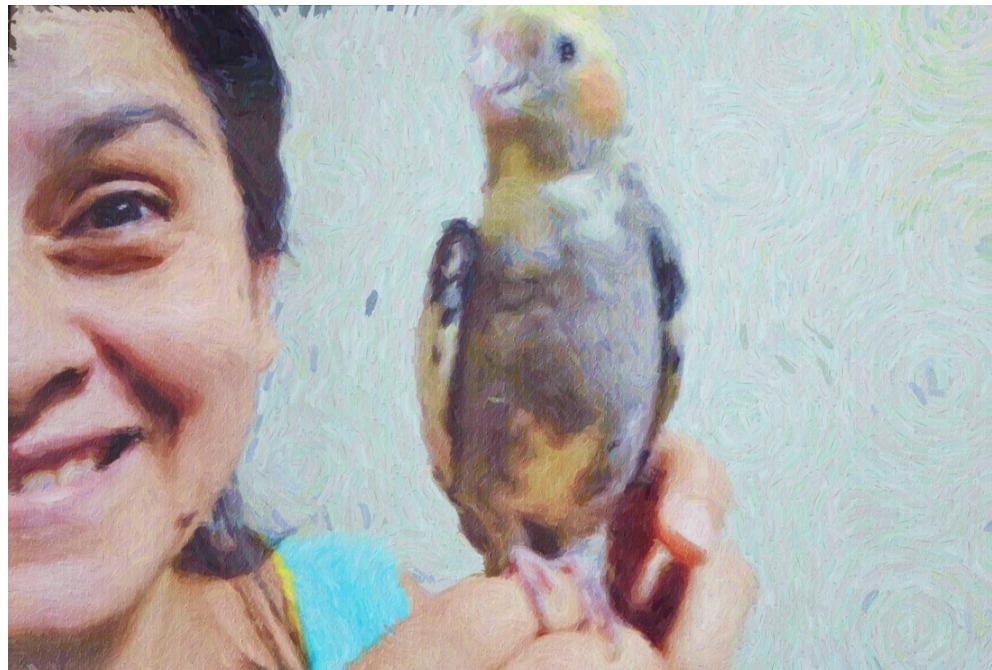


Imagen com fundo claro, à esquerda uma meia face do rosto de uma mulher sorrindo. De olhos castanhos e cabelos escuros, presos. Ela segura ao centro em suas mãos , na altura de seu rosto, um pássaro do tipo calopsita, de penas cinzas, brancas e pretas.

Minha mãe, mulher nordestina, me ensinou que cuidar é essencialmente amar os homens e que este seria um exercício do próprio esquecimento de si. Para ela, depois de deus o homem, seu falo, sua roupa passada, quarada ao sol, seu prato de comida quente e fresca sobre a mesa. Na boca o terço, a missa, a promessa eterna. Na vida e na morte, onde há mais morte de si do que vida, minha mãe me ensinou o

cuidado na medida de suas largas e profundas feridas. Ela que quase nunca se dizia feliz, oferecia a mim aquilo que outrora lhe foi ensinado. Assim eventualmente me perguntava com um tom preocupado: como é que você vai viver se não sabe cuidar de uma casa? Como é que vai ser quando tiver que arranjar um marido? Para ela, casa e matrimônio eram partes de um mesmo destino. Um lugar a ser ocupado, sem que houvesse outra saída.

Trinta e seis anos após o meu nascimento, percebo em seus olhos algo de uma satisfação e talvez de espanto. Minha filha está bem, diz ela. Sem talvez saber dar nome ao longo percurso que é deixar ir os antigos pactos que um dia foram firmados. E talvez alguém me pergunte como é que se recolhe em meio a isso, aquilo que sustenta a vida?! Como é possível fazer surgir outras ramificações, outras possibilidades aos que virão? E ao contrário do que se imagina de um rompimento, de uma morte ou de uma desconexão, tudo começa com o necessário e verdadeiro reencontro.

Testemunhar a história do útero que me trouxe ao mundo e das mulheres que o antecederam, me trouxe a exata força para compreender como certas violências se perpetuam, e como ainda assim podemos na medida do que nos cabe e somos capazes, operar a nossas pequenas ressignificações. Deixar vir à tona o que chamo de gentil revolução. Algo que acontece na vida e no corpo. Algo que reconheço na gargalhada que me faz abrir a boca, sem vergonha ou recato. Algo que reconheço quando escrevo essas linhas, leio esses livros e ouso ocupar espaços que em minha família, jamais outras imaginaram. Uma revolução pequena e gentil que se esbeira no prato de comida quente e fresca que faço para mim ou no prazer do corpo dançando solto em um sábado qualquer e que ressoa aos outros e percorre uma linha invisível que me une a cada mulher desta linhagem, sempre que me pergunto: Como é que eu vou viver se não souber cuidar de mim?

Aqui não se engane ao pensar que o que defendo nesta escrita tem a ver com a ideia de um cuidado individual, recolhido aos espaços privados e facilmente capturado pelo mercado e sua promessa de felicidade. Cuidado precisa antes, ser entendido como um gesto fundamental do humano. Capaz de restituir e ampliar os espaços de vida e dignidade.

O cuidado em um sentido mais amplo, precisa surgir também como ética, como política, como direito. Mas nesta pequena história que transpassa minha vida e memória, o cuidado se encontra no locus das micro resistências. E como uma terapeuta ocupacional, encarregada de reconhecer a dualidade entre potência e alienação, próprias do cotidiano, escrever sobre as pequenas renúncias, do que um dia nos foi prescrito, é também escrever sobre aquilo que nos une no ordinário: As roupas amassadas no armário. A louça suja nos lembrando de que nada é eterno, nem mesmo a paz de uma exímia pia em dia, nem mesmo o amor e sua promessa de salvação.

4.1 O EXERCÍCIO DE SANKOFA

a) O exercício de Sankofa I - Olhar para trás: Ancestralidade e Modos de Vida

Para iniciar esse percurso, falemos sobre a beleza do cuidado, o peso do cuidado, o afeto no cuidado, o cansaço no cuidado. Tantas outras palavras seriam possíveis, para apontar as imagens que me chegam e sua direta relação com o que podemos chamar de convenções sociais de gênero. Reabitar minha ancestralidade, é desenrolar o fio de uma história antiga. Contar os nós destas existências, as práticas, hábitos, modos de vida. Há nestas histórias algo de natural. Não porque assim o seja, mas porque foram dadas como sendo parte da função de uma mulher. Talvez dizer a minha avó que não sirvo a comida de um homem, lhe cause estranhamento. Talvez também lhe cause curiosidade. De outra maneira, talvez possa inclusive lhe causar alguma satisfação. Abrir espaço para poder ver ou não ver, ser ou não ser. Fazer ou não fazer. Talvez para as novas gerações isso lhes pareça tolo e sem sentido. Mas para as mulheres, a quem foi dado apenas um caminho, poder escolher, pode ser enfim libertador.

Quando penso sobre estes lugares cativos, lembro de minha mãe me contando sobre o ciúme de meu pai. Sobre como ele a proibia de sair sem sua presença.

Trabalhar fora não era possível e muitos de seus sonhos, alguns que imagino, outros nunca ditos, foram dificultados pela sua exclusão de espaços públicos. Mais tarde, um pouco mais aberto aos hábitos da grande cidade, as saídas de minha mãe se tornaram possíveis. Assim, ocupar a cidade, pareceu em seus relatos, expandir a experiência do encontro.

Lembro que nesse percurso, ela havia decidido voltar a costurar. Adorava olhar vitrines, desenhar roupas, e a cada semana havia mais revistas de artesanato entre suas coisas. Logo ela estaria se aventurando em pinturas, bordados e toda sorte de manualidades. Fazer algo com as mãos parecia ter algum efeito sobre pertencer a si mesma. Produzir algo. Pôr no mundo alguma coisa que nasce de si e pode ser vista. Algo que para ela provavelmente foi fundamental.

Ao lembrar sobre sua rotina de cuidado com a casa, a comida, a roupa e minha própria educação, me dou conta sobre o fato de que para muitas mulheres, reconhecer estas tarefas como um trabalho não remunerado, pode ainda lhes parecer estranho. Corpos docilizados, condicionados por um processo histórico, político e subjetivo, apoiado por homens que em igual medida, talvez nunca tenham reconhecido a dívida histórica, produzida por seu extenso privilégio.

b) Exercício de Sankofa II - Olhar o presente, redimensionar o passado e ressignificar o futuro

Um chamado do momento presente pode nos colocar em movimento de ressignificação de ideias, propostas, planos já construídos? Certamente. Minha experiência me fez reconhecer que, ao sermos colocadas diante do chamado do cuidado, todo o resto se redefine. Passado e futuro se submetem ao clamor do presente. Foi assim que, elaborando perguntas, planejando leituras, imaginando pesquisas de campo, me vi sendo redirecionada nesta pesquisa, e o campo se tornou meu próprio corpo, minha casa, minha família. E refaço a pergunta: o que pode um corpo cuidador?

Era tarde de um dia qualquer. Enquanto finalizo um atendimento vejo surgir no visor do celular a mensagem de uma familiar. Corro para escutar aquele áudio. Nada de comum poderia surgir de uma tia morando do outro lado do país. Ali, no final daquela tarde, em um dia qualquer, escuto a notícia de que meu pai estava doente. Sua voz tensa, sua descrição dos fatos e sua clara preocupação logo açãoaram alguma cascata bioquímica, daquelas que fingimos aprender na faculdade. Os ombros tensos, elevados contra a força da gravidade, de repente pesavam bem mais do que de costume. O aperto no peito deu lugar ao engasgo que logo tomou forma de um choro contido, quase envergonhado. Acontecia ali alguma espécie de urgência, própria das mulheres que cuidam. Uma certa necessidade de ir ao encontro de alguém que parece precisar de nós. Um mecanismo psicossocial que como veremos no texto que se segue, foi construído histórica e politicamente ao longo de nossas existências, e que perdura nas práticas, afetos e cotidianos, para dar conta do que supostamente é ou deveria ser a função central de uma mulher.

Assim, diante das urgências do cuidado, esta mulher que vos escreve, logo estaria adiantando férias, passagens e movimentando todo um conjunto de recursos objetivos, endereços de clínicas, valores de consultas, custos e demandas, que envolviam da pesquisa por passagens e reorganização da agenda, as contas do final do mês, do cuidado dos bichos e da casa. Todo um refazimento de vida, para que em um hiato da rotina coubesse o cuidado e suas demandas. Se pudéssemos somar as habilidades necessárias para esta reorganização, teríamos que encaixar também os recursos de natureza sensível e criativa. Falo daquilo que não pode ser previsto, ou seja, das habilidades inventivas que acredito serem parte do que o próprio cuidado nos impõe.

Ao olhar para este corpo que pesquisa, comprehendi que também era sobre isso que deveria escrever. Sobre como este cuidado e seus desafios, desconfortos e aprendizados transpassaram as leituras e perguntas construídas até aqui.

Tornar-me o sujeito que compõe a pesquisa me trouxe de certa forma uma escrita encarnada, não mais por aquilo que eu testemunhava, mas pelo que era vivo dentro de mim. Refazer as mesmas perguntas em primeira pessoa, recuperando as

questões centrais do tema foi parte do processo de me perceber como uma mulher que cuida: Porque fui eu e minha mãe, para além dos vínculos familiares, as responsáveis pelo cuidado direto de meu pai? Quais os impactos dessa realidade em minha vida, em meu cotidiano e escolhas? Onde estavam os homens nesse percurso? O que era afinal esperado de mim?

Assim, a escrita que se segue, oferece recortes reflexivos da história que percorre os últimos sete meses de vida de meu pai e de como cuidar evocou para mim que sou pesquisadora, recortes vívidos e urgentes do que considero um projeto econômico e subjetivo de sujeitamento ao cuidado.

4.2 - A TAREFA DO CUIDADO:

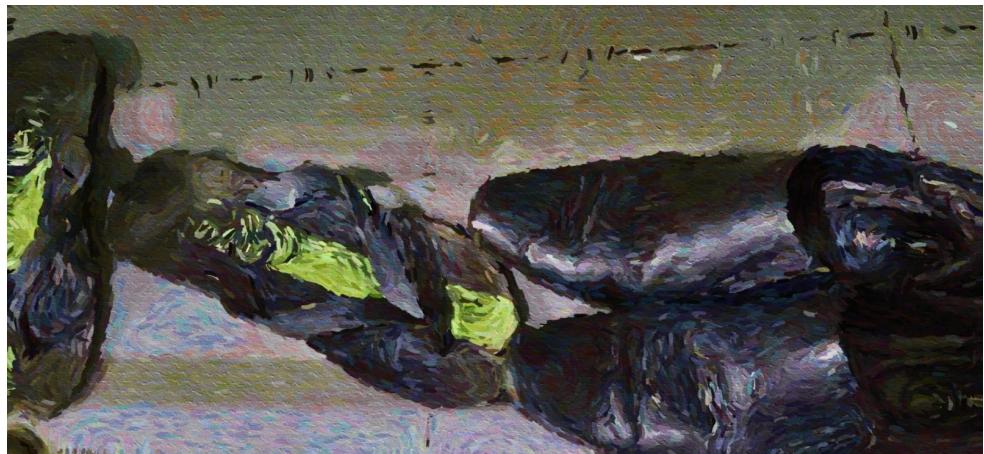


Imagen com fundo em tons de cinza, ligeiramente desfocada, à esquerda um par de chinelos pretos com uma listra verde centralidade em seu solado. À direita, um par de sapatos sociais masculinos na cor preta.

Ao me debruçar sobre o cuidado com a saúde de meu pai, pude tocar as instâncias que persistem em dizer como e o quanto deveria prover tal cuidado. A sua chegada, trouxe uma série de mobilizações práticas. Era preciso mudar de apartamento e oferecer algum conforto em meio ao tratamento do câncer. Optei por

uma moradia com elevador, para que o deslocamento pudesse ser menos cansativo e limitante. Escolhi um apartamento alto, com varanda, para que aquele homem do campo, acostumado à imensidão de um céu, pudesse estranhar menos o aperto das grandes cidades. Um pouco de vento, visão ampla, sol, expansão, que o fizesse sentir-se livre, apesar das mudanças ao seu redor.

Autores como Tronto (2009), elucidam o que seja um processo de cuidado adequado. Para a autora, um bom cuidado divide-se em quatro fases analiticamente distintas, mas interconectadas: preocupar-se, assumir responsabilidades, cuidar e receber o cuidado. A primeira fase, denominada "caring about", inicia o processo, representando a disposição de reconhecer uma necessidade que precisa ser atendida. A segunda, "taking care of", envolve perceber como atender essa necessidade e assumir a responsabilidade por isso. A terceira fase, "care giving", refere-se ao reconhecimento do trabalho real de cuidar e à capacidade de atender efetivamente às necessidades. Por fim, "care receiving" é o momento em que se avalia se o cuidado foi adequado, a partir da resposta de quem o recebeu. Essa última etapa é essencial para validar a eficácia do cuidado prestado e destaca a importância da receptividade.

Os componentes de atenção, responsabilidade, competência e capacidade de resposta formam uma base ética para o ato de cuidar, onde a disposição continua a desempenhar um papel significativo. Contudo, é desafiador discutir o alcance ético do cuidado sem considerar a "disposição". É fundamental reconhecer a interdependência entre disposição e atividade ao abordarmos as particularidades do trabalho e das práticas que emergem das necessidades dos outros.

Se formos um pouco mais a fundo, perceberemos que para o reconhecimento da interdependência, há que se abandonar as predisposições de gênero. Por ora, parecem ser as mulheres as mais dispostas a dar conta das necessidades, demandas e interesses de um outro, o que torna a tarefa do cuidado, exaustiva, pelos próprios atributos que a compõem.

Ao relembrar o cuidado com meu pai, identifiquei mecanismos que tornam o cuidar de natureza contínua, prática e subjetiva . Continua porque o cuidado é a base para a própria manutenção da vida. Prática, porque em tese, o cuidado é tarefa que não se extingue, mas se repete todos os dias em atividades quase sempre permanentes que são menos ou mais complexas. Subjetiva porque para além da execução de tais tarefas, existe a necessária habilidade da percepção. Perceber as demandas e necessidades próprias do outro. Dispor-se a olhar e a estar disponível ao que acontece, quando e como.

Decisões práticas sobre o que comer, o que fazer nos dias em que nada parava em seu estômago, como organizar a minha rotina entre trabalho, estudo e suas consultas médicas. Em um campo sutil, como sustentar a vulnerabilidade de quem amamos? Como aceitar a finitude, a dissolução do outro, bem a nossa frente?

Cuidar por vezes me pareceu ressignificar o fim. Me parece que o luto não é bem um processo que começa com a morte física. Dia após dia, era preciso me despedir das memórias de vitalidade que carregava dentro de mim. Dos dias em que aquele homem, jovem e ativo, desbravava o mundo. Trocar os papéis de alguém que foi cuidada ao longo da vida, para alguém que cuida de seu cuidador, me pareceu uma tarefa pouco explorada nas leituras que pude acessar, enquanto acadêmica. E ainda que houvesse encontrado-as, não haveria teoria que pudesse me preparar para tal experiência.

Lembro do dia em que fui a uma consulta da Hematologista. Naquela semana ele estava muito cansado, comia pouco e sentia muitas dores. Decidimos que seria bom não o deslocar de casa. Ao chegar ao consultório lembro de encontrar a médica e residentes juntos. Minutos que pareciam horas e um veredito final: “seu pai está em cuidado paliativo. CUIDADO PALIATIVO. Essa palavra tão bonita e honesta, tantas vezes escutada por mim enquanto graduanda. Ali, naquela sala, ela me atravessou como um punhal.

CUIDADO! PALIATIVO!

PALIATIVO.

CUIDADO.

CUIDADO.

Lembro de retornar para casa sem coragem de dizer o que ouvi. Como quem guardava um segredo que não queria carregar. Sorri o que foi possível. Chorei escondida, como quem precisava transbordar a própria dor, esvaziar, para receber mais uma vez o outro.

Os dias se passavam entre trabalho exaustivo, demandas de estudo, médicos e seu acompanhamento. Nesse tempo, intensifiquei os cuidados sutis. Aqueles que não estão na ordem da necessidade aparente. Uma massagem nos pés, óleos essenciais no difusor. Cozinhar o que ele gostava de comer. Permanecer algum tempo abraçados. Dizer eu te amo. Contar piadas. Receber a família. Coisas que em minha imaginação seriam capazes de trazer a ele a dignidade do afeto. Ainda assim, nada disso parecia eficaz para o que acontecia dentro de mim. Quantas vezes mais eu pudesse dizer que o amava, ainda assim pareciam insuficientes. Era como viver diariamente o luto de algo que ainda não havia acontecido.

Na semana em que seus sintomas pioraram, nos revezamos entre a rotina de cuidado. Eu trabalhava durante o dia e passava as noites com ele. Minha mãe podia descansar, para enfrentar a longa rotina do hospital, pela manhã. Na enfermaria em que estávamos, eram curiosamente quatro homens doentes, sendo cuidados por quatro mulheres. Esposas, filhas, cuidadoras contratadas. Todas dispostas, atentas e disponíveis.



Imagen levemente borrada de um braço dobrado na altura do peito, contendo ataduras que prendem um fio de acesso venoso de tom amarelo com detalhes azuis, responsável pela via de administração do soro. Ao fundo aparece uma parte de um lençol também de cor azul.

Em seus últimos dias, já irreconhecível, dopado pela morfina, seu corpo já não sustentava alimento. Percebi que seu olhar era vago e distante e eventualmente era como se ele já não estivesse ali. Nesse mesmo dia a médica de plantão nos havia chamado. Fico pensando na difícil tarefa dessa notícia. Ouvi pela primeira vez o termo: morte ativa. Era hora de avisar a família, organizar roupas, documentos.

Nos abraçamos eu e minha mãe, tentando nos sustentar em nosso próprio abraço. Nada parecia certo ou mesmo real. Mas era preciso retornar à enfermaria. Era preciso seguir cuidando.

Papai partiu um dia depois. Estávamos eu e ele. Seu pulmão, tomado pelo câncer, havia falhado. Morreu sufocando bem diante de mim, em completo desespero. Depois disso, nada mais foi difícil.

DEPOIS DISSO,
NADA MAIS FOI REALMENTE DIFÍCIL.
NADA MAIS
NADA.

5.0 - QUE CORPOS OCUPAM O CUIDADO?

Silvia Federici, em Ponto Zero da Revolução (2019) nos aponta a perspectiva revolucionária da reivindicação por salários para o trabalho doméstico. Para a autora, desejar a remuneração pelo trabalho doméstico significa recusar o trabalho como uma expressão da natureza feminina, recusando o papel social instaurado pelo próprio capital. Significa também trazer a visibilidade de todas as funções exercidas, de maneira que ao tornar o trabalho doméstico visível, seja também possível destrincha-lo, de maneira a formular os serviços sociais que o próprio trabalho doméstico executa e substitui, favorecendo as discussões acerca de políticas públicas capazes de prover coletivamente e de forma equânime, as funções exercidas em uma instância individual.

Minhas tias cuidam da minha avó. Cuidam da minha avó, de sua saúde, dos exames e da casa. Também cuidam dos filhos delas. Das compras, das dores e tristezas.

Observam o sono, controlam a despensa, a roupa suja. Cozinham. Minhas tias têm outros irmãos. Nenhum homem parece estar disponível. Nenhum homem parece saber o que fazer. Nenhum homem parece querer saber o que fazer.

Trazer a tona a realidade de que mulheres exercem a limpeza, o cuidado com as roupas, o preparo da comida, do ensino e disciplinamento dos filhos, ou mesmo o cuidado com a saúde e a administração de rotina e compromissos - facilmente exercidos por profissões do secretariado, enfermagem, profissionais de limpeza, cozinha e educação - é parte do processo de visibilizar as funções cotidianas de gerenciamento doméstico. Assim, desconstruir a ideia do trabalho doméstico como obrigação, virtude ou expressão de afeto incondicional, nos permite questionar a legalidade de nossas atribuições sociais, bem como a participação do Estado na constituição de políticas e mecanismos de proteção social.

Quando pensamos no trabalho doméstico pela perspectiva do cuidado, podemos ser facilmente capturados por uma certa porosidade entre as dimensões de afeto e vínculos sociais. A construção de uma disponibilidade feminina ao cuidado e as necessidades de um outro tornam-se mecanismos naturais de captura de um fazer feminino, sem que se leve em conta a complexidade, a extensão e impacto que as atividades de trabalho doméstico imprimem na vida de mulheres, de maneira a limitar a disponibilidade de tempo, energia e participação em outras dimensões de vida.

Ademais, a compreensão do trabalho doméstico como um trabalho de cuidado, amplia as possibilidades de compreensão sobre a centralidade de sua questão. O que quero dizer aqui, é que se este trabalho diário e complexo não deve ser responsabilidade de uma categoria de gênero, podemos então estendê-lo como um recurso de sobrevivência e manutenção da vida, não apenas no âmbito doméstico e individual, mas contido também nas relações de coletividade. Aqui falamos sobre a responsabilização do cuidado entre as esferas do Estado, da sociedade, das famílias e instituições privadas.

Nesta mesma direção, é justo pensar que as demandas de cuidado variam ao longo do tempo, nas diferentes fases de desenvolvimento humano e também no que se refere ao acesso à recursos que atendam as necessidades básicas e complexas dos sujeitos. O que significa dizer que raça, classe e gênero são marcadores interseccionais que determinam a extensão, recursos e qualidade do cuidado, nos diferentes grupos sociais.

Segundo Flávia Biroli (2018) em seus estudos sobre as relações de desigualdade e gênero, há ainda dentro das dinâmicas de divisão sexual do trabalho, hierarquias de gênero, que ativam restrições e desvantagens que impactam as trajetórias de mulheres, segundo sua classe e raça, efetivando as diversas formas de exploração da mão de obra feminina em condições, espaços e possibilidades de escolha diferentes. Existe para a autora uma vulnerabilidade relativa, em que se encontram determinados grupos.

A alocação em tarefas em prol de outra pessoa, torna-se então um padrão condicionado por gênero, raça e classe. De maneira que há para mulheres negras, por exemplo, uma dupla jornada de tarefas do cuidado, na medida em que estas mesmas mulheres executam o trabalho do cuidado em suas casas e nas casas de mulheres, em geral brancas e de classe média ou classe média alta. Opera-se nestas duplas jornadas a experiência de evasão do tempo, de forma que quase todas as horas ativas do dia são ocupadas pelas tarefas do cuidado. Lazer, saúde, dentre outras esferas da vida cotidiana, tornam negligenciadas, ou simplesmente abandonadas, o que pode em tese justificar os inúmeros indicadores de adoecimento mental entre mulheres negras e ativas economicamente (GONZALEZ,2020)

Para a autora Lélia Gonzalez (2020), a correlação entre trabalho do cuidado, trabalho remunerado, renda, acesso à serviços básicos, educação, arranjos familiares e redes de suporte, dentre outros fatores, apresentam efeitos distintos ao considerarmos mulheres negras e brancas. Para as mulheres inseridas no mercado de trabalho, a diferença racial por exemplo, opera na vida de mulheres negras, outras formas de opressão.

Muitas mulheres negras desempenham trabalho alienante não remunerado - como o trabalho doméstico infindável das avós e das mães solteiras - e remunerado como o trabalho doméstico assalariado, o trabalho de limpeza em estabelecimentos comerciais e de passar roupas em lavanderias. O acesso a esse tipo de trabalho não assume, assim, cotidiana e historicamente, o mesmo sentido que o acesso ao trabalho pelas mulheres brancas que puderam trilhar carreiras profissionais.

Há para a autora formas efetivas de discriminação em torno de mulheres negras, que historicamente ainda ocupam papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa, tendo menos acesso à educação formal e a recursos que as possibilitem alcançar melhores oportunidades de carreira, havendo o que Lélia reconhece como uma falha, um atraso político nos movimentos feministas, na medida em que se ocupam de discursos e representações por vezes enredadas em mecanismos do ideal de branqueamento e do mito de democracia racial:

Neste sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. O discurso é predominantemente de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra. (Gonzales, 2020, p.43)

Assim é justo perceber que a permanência em espaços domésticos, remunerados ou não, ainda expõe o atravessamento racial, que confina mulheres negras à baixa remuneração, ao acesso precário ou inexistente de serviços públicos de suporte, assistência e cuidado.

Outro cenário possível é a inviabilidade de acessar o mercado de trabalho. Especialmente mulheres mães, encontram dificuldade em operacionalizar o cuidado materno e trabalho remunerado. A escassez de vagas em creches, a precariedade das redes de suporte e a impossibilidade de terceirizar o cuidado com os filhos, limita o acesso destas mulheres não apenas ao capital, mas ao espaço público, de maneira que perpetuam não só o privilégio dos que seguem ocupando os espaços políticos, mas de desvantagem, já que são justamente estas mulheres, as que terão menos chance de participar do debate e da agenda pública.

5.1 AUTOCUIDADO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

Na cosmologia tibetana, em especial nas práticas xamânicas, o uso dos 5 elementos, incluindo terra, fogo, ar, água e espaço, são consideradas as substâncias de todas as coisas e processos. Como sabedoria milenar, propõe o uso destes elementos para descrever forças internas e externas, sendo associados a diferentes emoções, temperamentos, direções, cores, sabores, assim como aos cinco pranas, ou energias vitais que percorrem o corpo e produzem vida, e em estado de desequilíbrio, doença e morte.

Em meu percurso nas práticas budistas, sempre olhei para o elemento espaço com profunda curiosidade. Não apenas por sua natureza pouco apreensível, mas porque esta palavra, ESPAÇO, me parecia um tanto quanto revolucionária.

Como terapeuta ocupacional e como alguém que estuda e investiga as relações entre a subjetividade humana, seus processos e sua relação com o cotidiano neoliberal, percebia que talvez fosse o espaço, aquilo que mais nos faltasse. Como um roubo consentido, ou apenas não percebido, eu via por exemplo, em meus dias, um acúmulo de tarefas e ações, que me pareciam tornar a experiência de espaço, um sonho longínquo. O espaço entre o autocuidado, o trabalho, a casa, os amigos, o cuidado com a saúde, a espiritualidade ,a sexualidade, o lazer, a fruição. Todos compactados nas 24 horas que subtraídas as poucas horas de sono, elevam a ansiedade, tornando o equilíbrio uma espécie de superpoder.

Tenzin Wangyal Rinpoche (2017), a quem tive o prazer de conhecer pessoalmente, escreve em um de seus livros, sobre o espaço como manifestação da consciência:

“Quando o elemento espaço está equilibrado, há espaço na vida: tudo o que surge pode ser acomodado. Há tempo suficiente, capacidade emocional suficiente, tolerância suficiente. Os elementos da experiência se encaixam: não são demais, nem de menos. Não nos dissociamos da experiência, nem somos arrebatados por ela. “ (WANGYAL, 2017, pag.53)

Lendo suas palavras percebo o quanto espiritualidade e política devem andar juntos. Para se ter espaço, consciência, equilíbrio entre emoções, tolerância ou qualquer tipo de abertura, é preciso haver também algo de dignidade.

O processo de reconhecer as interdições que o próprio sistema impõe às mulheres em seus vários espaços de vida, parte da experiência de se pensar sobre o tempo. Sobre as esferas da produtividade, utilidade e desejo. Mulheres que vivenciam rotinas de múltipla gestão, com o gerenciamento da casa, trabalho e o cuidado com terceiros, geralmente encontram a exaustão como resposta. Exaustão e desejo não podem andar juntos. O desejo que implica em produzir recursos de sustentação da própria criatividade no mundo. A exaustão torna o corpo um terreno infértil, desvitalizado, sobretudo, quando estas rotinas estão imersas em dinâmicas de violência e negação de direitos fundamentais.

Lembro que ao cuidar do meu pai em seus últimos dias, precisei sustentar tantas tarefas, que ao final, não era apenas o luto, mas o cansaço que me consumia. Meu pai havia falecido em uma sexta-feira. E ainda que eu estivesse em cacos, havia a estranha sensação de que precisava continuar, afinal, a segunda estava logo ali. Precisei lidar com a minha não parada, tempos depois.

Monteiro (2020) em seus estudos sobre subjetividade, aponta as relações entre público e privado e sua relação com as emoções e o conceito de racionalidade. Para a autora, a maneira como as emoções são articuladas socialmente impactam diretamente no alcance aos direitos e maneiras de ocupar determinados espaços na sociedade. Se a racionalidade inscreve-se no espaço público, é na casa, em uma experiência internalizada, que as emoções são alocadas, controladas ou reprimidas. Esta configuração opera práticas e discursos que se expandem para os espaços políticos e pessoais:

“...compreender as emoções como algo que se passa em nosso interior, como algo íntimo, faz existir relações emocionais em que a interioridade ganha uma dimensão fundamental na maneira como nos relacionamos com os outros e conosco. A interioridade é, então, uma questão política e, para além da distinção entre público e privado, ela faz existir nossas relações e nossas hierarquias. Ser mulher em nossa

cultura significa cultivar este espaço íntimo, fazê-lo brotar, alimentá-lo e, de maneira mais importante, fazer com que ele se perpetue, prolongar seus efeitos. Ao mesmo tempo, ser considerado “emotivo” é desculpa para a desqualificação pública.

A constituição de um espaço íntimo para as emoções em contraposição ao lugar da racionalidade e clareza, tornam este mesmo espaço íntimo passível de controle e passividade, operando na relação entre emoção e feminino uma dinâmica de naturalidade.

Compreender as emoções como políticas, para a autora é entendê-las na maneira como se articulam culturalmente. O reconhecimento do discurso biológico sobre o funcionamento emocional de homens e mulheres, por exemplo, nos leva a compreender as emoções e as dinâmicas de poder, suas relações, discursos e pactos coletivos.

Em uma rápida pesquisa no google, quando pesquisamos sobre atributos de feminilidade, encontramos termos como compaixão, doçura, carinho, tolerância, sensibilidade. Características que compõem um imaginário social e que produzem experiências subjetivas específicas, que incluem vestimentas, modos de agir, falar, se relacionar e que acompanham a vida de mulheres, em experiências diversas, do nascimento à velhice.

Neste percurso de escrita, pesquisar por exemplo, sobre as relações entre gênero e luto me levaram a compreender que o trabalho do cuidado não se encerra com a morte de quem se cuida. Na história do mundo, foi trabalho da mulher guardar o luto de quem se ama. Azevedo (2023) em um texto que relaciona o luto e cabelo feminino, nos revela inúmeras passagens sobre a performance feminina e seu protagonismo nos ritos funerários. Vestimentas, cabelos soltos, lamentações coletivas e golpes no peito, eram alguns dos códigos performativos do sofrimento feminino, que preconizavam não apenas uma naturalização da figura feminina à expressão de sua emotionalidade, mas também o controle dos corpos e a apresentação de estruturas sociais definidas, expressas nas funções de luto dada a estas mulheres, tanto em espaços públicos quanto privados.

Atualmente, ao considerar a experiência de luto na sociedade contemporânea, encontramos um certo encolhimento dos ritos, do tempo de despedida e da própria expressão de dor, o que sugere transformações a respeito da relação humana com a morte, com o seu significado e impacto no cotidiano humano. (HAN,2015; BITTENCOURT,2021)

Quando pensamos no luto e sua relação com as atividades laborativas e funcionais, nos deparamos com um delicado tema, já que a experiência afetiva da perda se dá para os sujeitos, de diferentes formas e intensidades. Ainda que se leve em conta a individualidade da experiência humana, as normas vigentes, como a Licença Nojo, ainda parecem pouco efetivas, quando pensamos em recurso de cuidado e dignidade. Segundo a legislação, o trabalhador celetista tem direito a dois dias de ausência remunerada.

Assim, a clara desconexão entre tempo interno e externo aparece como um primeiro grande desafio no processo de superação do sofrimento. Para Freud há no luto, um movimento de retorno ao mundo interno, sobre algo que imposto há uma grande dor, precisa ser reparado. A vida entra em suspensão.

O luto profundo, a reação à perda de alguém que se ama, encerra o mesmo estado de espírito penoso, a mesma perda de interesse pelo mundo externo - à medida que este não evoca esse alguém -, a mesma perda da capacidade de adotar um novo objeto de amor (o que significaria substituí-lo) e o mesmo afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre ele [tal como se verifica na melancolia]. (Freud, 1917/2010a, p. 250)

Neste sentido, libido, cotidiano e trabalho parecem se desencontrar. Não há para o mercado a tarefa de compreender o corpo que move suas engrenagens. Há apenas a contínua obrigação de seguir. A constituição de uma subjetividade menos reativa à dor e portanto menos propensa ao espanto, torna o cotidiano de muitos trabalhadores, homens e mulheres, sujeito ao encolhimento subjetivo e uma necessária desconexão entre as próprias necessidades e aquelas socialmente determinadas.

Para a sociedade da performance, o luto, a impotência e a fragilidade são inimigas de um ideal de desempenho, e portanto, expressá-las denota a seus sujeitos o avesso da racionalidade, positividade e dedicação, necessárias à constituição do modo de vida neoliberal.

Em uma instância filosófica, mas não menos objetiva, a reflexão sobre a morte, a finitude da vida, seu sentido e as constantes transitoriedades que permeiam nossos dias, não são de interesse do sistema e do capital. Primeiro, porque o direito ao luto não é dado à todos, na medida em que corpos de mulheres, pessoas negros e sem tetos, passam despercebidos nos noticiários em todo o mundo. Segundo, porque em uma sociedade em que acumular, conquistar, adquirir bens e serviços, constitui um ideal de sucesso e felicidade, a noção da perda, do desengano e do mistério, nos parece um assombro.

Para mulheres, o luto em meio ao cuidado de si, da casa, dos seus e do trabalho, permeiam um lugar desafiador. Atentar-se ao corpo e suas necessidades, abraçar a impotência e a vulnerabilidade, são caminhos difíceis, mas ainda assim necessários, ao que podemos chamar de uma revolução dos afetos.

6.0 AMOR E COMUNIDADE COMO POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA.

Na vocação para a vida está incluído o amor, inútil disfarçar, amamos a vida. E lutamos por ela dentro e fora de nós mesmos.

Principalmente fora, que é preciso peito de ferro para enfrentar essa luta na qual entra não só o fervor mas uma certa dose de cólera, fervor e cólera. Não cortaremos os pulsos, ao contrário, costuraremos com linha dupla todas as feridas abertas.

LYGIA FAGUNDES TELLES



Imagem contendo quatro mulheres. À esquerda uma mulher branca de cabelos curtos e loiros, usando blusa de alça clara, óculos, brincos compridos e colares com pedras coloridas, ao centro e acima, uma mulher parda de cabelos cacheados e olhos escuros, apenas seu rosto é visível. Logo abaixo uma mulher branca de cabelos curtos e loiros, olhos castanhos e sorrindo, vestindo uma camiseta preta. À direita uma mulher branca, de cabelos cacheados presos, sorrindo, usa brincos compridos e peça de alça azul clara. A foto focaliza os rostos e parte do colo das quatro mulheres.

Eu tenho uma amiga artista. Ela cola, rasga, cola de novo. Manipula materiais, cria composições como quem cria feitiços. Compõe poemas, palavras bonitas e profundas. Ela tem dentro dela olhos que se encantam. As vezes eu sinto que ela vive tudo como a primeira vez. E extrai disso saberes que nutrem. Ela ri fácil, se emociona, me emociona. Ela me lembra que também sou artista. Ela me inspira a seguir pelo sensível. Pelo que habita a dádiva de cada dia.

Eu tenho uma amiga professora. Ela dá aula de inglês, português e yoga. Ela dança, se estica e improvisa. É atriz também. Fez teatro e vez ou outra encarna personagens sem avisar. Adora viajar e anda por aí como quem deseja um lugar que é dentro. Se envolve, se entrega, chora e ri com dignidade. Ela tem um sorriso largo, me faz perguntas como quem atravessa todos os meus segredos. E eu não sei mentir pra ela. Ela diz verdades duras. Ela não me nega nada. E eu cheia de sorte aprendi a compartilhar minha vida com ela.

Eu tenho uma amiga psicóloga. Ela escuta e diz, com uma doçura firme. Ela lê cartas, desenha, pinta. Ela ama bonito. Ama por inteiro. Ela topa uma cerveja em pé na rua, me fala dos seus medos, receios. Ela se abre e me lembra que poder ser vulnerável é uma dádiva e também privilégio. Nem todos tem esse espaço seguro. Ela gargalha alta e fala sobre o que seu corpo pede. Me ensina que escutar a si mesma é fundamental.

Eu tenho uma amiga enfermeira. Ela ama bichos e ama gente. O que para mim seria quase a mesma coisa. Ela sorri com facilidade, abraça quentinho. Ela se aventura no que nunca viveu e goza, como quem sabe que pode mais. Ela se preocupa com os outros, mobiliza, reune, sabe nutrir. Ela me recorda a beleza da generosidade. Estar disponível é fundamental.

Esses são pequenos relatos das quatro mulheres que me apoiaram ao longo dos meses em que me tornei cuidadora de meu pai. Quatro mulheres, com vidas, trabalhos e rotinas completamente diferentes. Mas que ainda assim se mobilizaram em torno dos meus medos, cansaços e necessidades.

Todos os dias, sem exceção, recebia mensagens e perguntas sobre como estava e sobre o que precisava. Esta disposição, já descrita neste texto como uma habilidade construída no território do gênero, foi para mim, o espaço de sustento e permissão para compreender as limitações do cuidado como experiência universal.

Ser vista, ouvida e amparada são aspectos fundamentais das redes de suporte. As habilidades necessárias para a disponibilidade, escuta e ação compassiva, parecem entrelaçadas com as mesmas qualidades que socialmente vimos sendo, ao longo dos séculos, valorizadas e condicionadas à experiência feminina.

Ainda assim, quando as redes de suporte, círculos de amizade e vinculação emergem de espaços reflexivos, o cuidado que se produz, se torna não só vinculado às condutas de suporte e sobrevivência, mas também ao encantamento sobre a vida e o mundo. Mulheres, são capazes de apoiar outras mulheres em seus percursos, não só cotidianos, mas subjetivos, construindo tecnologias sutis de afeto que produzem resistência, suporte e amparo.

Diferentemente das hierarquias presentes nas estruturas familiares tradicionais, a amizade promove liberdade no agir e no dialogar, permitindo a criação de relações horizontais e mais igualitárias. Essa horizontalidade favorece diálogos plurais, construindo novos cenários possíveis, baseados no respeito às diferenças e na superação das desigualdades que afetam mulheres, pessoas negras e outras identidades frequentemente marginalizadas. Politizar a amizade, portanto, torna-se um imperativo em tempos onde há tentativas de despolitizá-la, reduzindo-a à esfera privada.

Bell Hooks (2023) em sua obra *Irmãs do Inhame*, sustenta a idéia da auto recuperação, como prática libertária de bem estar e explora estratégias de cura aprendidas em seus encontros nos grupos de apoio denominados “Irmãs do inhame”,

que constituíram ao longo de anos, um importante espaço de partilha, afeto e reconhecimento de mulheres negras:

“... nós descobrimos que uma importante fonte de cura emergia quando entrávamos em contato com todos os fatores em nossa vida que estavam causando uma dor em particular. Para as mulheres negras, e para os homens negros também, isso significa aprender sobre a miríade de formas pelas quais o racismo, o sexism, a exploração de classe, a homofobia e diversas outras estruturas de dominação operam em nosso cotidiano a fim de minar nossa capacidade de autodeterminação. Sem saber quais fatores que a princípio criaram determinados problemas, nós não podemos começar a desenvolver estratégias significativas de resistência pessoal e coletiva. (pag,28)

Para a autora a construção de uma noção de comunidade, é parte da experiência de cura, da constituição de um *éthos* comunitário, capaz de produzir amor e intimidade. Em uma cultura de dominação que privilegia o bem estar individual e narcisista, reconsiderar a relação com o erotismo, com nosso corpo e o corpo de outras mulheres, em uma perspectiva de mais prazer e integridade, significa articular uma “metafísica erótica”, onde nos tornamos mais autênticos e plenos, no contato com o amor e assim, mais abertos à comunhão e ao comunitário.

Recuperar o valor da coletividade, resgatando práticas comunitárias que celebram a vida em comum, é parte do processo de resistência ao modelo patriarcal, que impede discórdia e inimizade entre mulheres. Silvia Federici (2019), ao pesquisar o processo de descaracterização do termo “gossip” - fofoca - nos conta como a produção e transmissão de conhecimento realizada por mulheres seria deturpado, constituindo mais um recurso de degradação da figura feminina:

Pela perspectiva de outras tradições culturais, essa “conversa fútil entre mulheres”, na verdade, surgiria de modo bem diferente. Em muitas partes do mundo, as mulheres têm sido vistas historicamente como tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão. Elas também são aquelas que passam adiante os conhecimentos adquiridos e os saberes – relativos às curas medicinais, aos problemas amorosos e à compreensão do comportamento humano, a começar pelo comportamento dos homens. (pag, 4)

Nesse sentido, as mulheres têm um papel fundamental ao trazer à tona saberes ancestrais que afirmam o pertencimento coletivo, a construção de experiências de escuta, troca e produção de prazer.

Nesta mesma direção, Julieta Paredes (2010) , escritora e militante feminista decolonial, propõe um feminismo comunitário que rejeita a centralidade nos direitos individuais típicos do capitalismo e busca um olhar coletivo, inspirado por uma ancestralidade que valoriza a interdependência e questiona a binariedade de gênero. Essa perspectiva encontra ressonância nas experiências de resistência dos quilombos, que não apenas preservam a história de luta do povo negro, mas também ensinam formas de viver baseadas na solidariedade.

No livro *Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas* , a organizadora Selma dos Santos Dealdina destaca o aprendizado com os ancestrais sobre viver em coletividade, cuidando da terra, da água e das pessoas, preservando os conhecimentos tradicionais. Os quilombos representam uma resistência ao sistema opressor, mostrando que é possível construir comunidades solidárias, onde as mulheres desempenham um papel central na gestão e na luta contra a lógica da competição.

Essa visão contribui para a descolonização do pensamento, recusando imposições culturais ocidentais e reafirmando a importância de tradições indígenas e africanas como alternativas revolucionárias. Essa conexão entre memória e horizonte possibilita a criação de novos modelos de socialização, promovendo comunidades afetivas que sustentam tanto o cuidado quanto a resistência.

Essas comunidades foram fundamentais para os movimentos pelos direitos civis e das mulheres, especialmente as negras, oferecendo espaços de organização e fortalecimento coletivo. Além de apoio emocional, elas atuam como espaços de

transformação política, onde mulheres podem se fortalecer mutuamente e enfrentar a opressão de forma solidária.

Ao unir cuidado, ação política e resistência, essas comunidades tornam-se exemplos vivos de como é possível construir relações que desafiem e transformem as estruturas de desigualdade. Para que sejam exemplos não de um atributo diferencial e generificado, mas de como seus referenciais, práticas e visões, podem ser compreendidos, reproduzidos e coletivizados.

Assim precisamos seguir nos perguntando: Como coletivizar o cuidado? No micro de nossas vidas, como redistribuir as responsabilidades familiares que geralmente recaem sobre as mulheres? De que forma podemos sustentar a ampliação da responsabilização pelo cuidado, considerando a complexidade de nossos cotidianos? Como expandir políticas, recursos e iniciativas que favoreçam o cuidado enquanto direito e enquanto responsabilidade social, econômica e de saúde?

Como transformar estas concepções em referenciais éticos de cuidado em nossas relações e espaços de vida?

ARTE PARA TRILHAR AFETOS:

Durante dias pensei sobre o que escrever neste capítulo. Talvez porque de fato não fosse um capítulo. Não me dava vontade de escrever nada que fosse justificável por referências bibliográficas. Não me dava o gozo de pesquisar sobre a importância da arte, da arteterapia, dos recursos ou de qualquer outro tema correlato. Aqui eu queria como tenho feito com quem amo, abrir o armário do escritório e mostrar o que que fiz e tenho feito para lidar com o luto. Como uma boa conversa, contar como no meio dessa escrita acadêmica, minhas mãos desejavam bem mais do que digitar longas horas na frente do computador. Como acordava almejando um conjunto de lápis 36 cores, soft porque é mais macio.

Sobre como foi me aventurar em coisas que nunca havia feito, com a alegria de uma criança que vê algo pela primeira vez. Queria contar aqui que fui em uma cartomante que disse: o seu caminho é trabalhar com arte. E eu achei aquilo a coisa mais inusitada, sem perceber que cada uma dessas minhas aventuras era um trabalho artístico, para mim mesma. Uma auto intervenção consentida, por aquilo que escutava meu corpo pedir.

Então nesta breve introdução, sinto desapontá-los por não referenciar autores que falam sobre a arte e seu processo de cura. Aqui, a autora e artista sou eu. Registro o processo artístico que me atravessou e ainda atravessa, desejando que os leitores desse trabalho compreendam que o corpo que os cria referencia a própria história, de maneiras outras, que da academia.

Nesse percurso, a escrita, a pintura, o recorte e colagem e o bordado foram os recursos com que me relacionei. Digo isso, para que entendam que recursos não são usados. Um pincel nunca mais é um pincel depois que o seguramos. O pincel é parte do corpo que o move e vai contar coisas que este corpo sabe e coisas que ele desconhece.

A tesoura parece querer recortar imagens específicas. Elas saltam aos olhos e vão encadeando idéias, que formam alguma história que precisa ser contada.

Os poemas são uma espécie de mapa. Eles contam o percurso de pequenos acontecimentos. Vão soltando miúdos os detalhes. Falam das sensações, das idéias, das memórias. São uma linha que se desenrola. Pra quem lê, vai desenrolar outras histórias.

A aquarela convida a soltar o controle. A água segue um certo movimento e direção. Ela se expande, muda a tonalidade, como uma memória, como uma mancha de café daquela tarde em que nos encontramos e que se pudesse não tiraria só pra sentir que ainda posso te ter por perto. Ela remete o tempo, a dobra, a fluidez. Se quiser fazer tudo muito certo, vai ser ruim. Melhor fluir junto.

Todas essas ferramentas, foram o caminho que escolhi para acessar a alegria, o sonho e a coragem. Elementos vitais para permanecer de pé.

ESCREVER PARA RECONHECER O PERCURSO

A escrita move minhas águas internas desde a adolescência. Escrever para organizar, ressignificar, escrever para rasgar e destruir. Para criar, renovar, redefinir e novamente destruir. Escrever para continuar sendo alguém.

Reza

Um banho de ervas
O corpo sangrando por entre as águas
Move as feridas
Move as águas
Desterra fantasmas
Arranca a mágoa
Tudo é pele e céu
O sussurro dos deuses
A costa arqueada
O sumo da boa hora
Acontece ali.

Lembrança

Calendário conta todo tipo de história.
Quem morreu
Quem nasceu
O compromisso

O encontro
A partida.
Hoje seria dia dele
Olhei seu retrato.
O sorriso largo.
Os sonhos nas costas.
E desaguei.
Aqui, nessa dimensão
no tempo presente
O peito em falta
O buraco
A ausência
O soluço
A memória do corpo doente.
A notícia da morte eminent
Nada parece certo.
Não é.
Calendário conta
Grita
Não há como calar o encontro das horas.

Separação

Na dúvida de te deixar
Te deixei
Deixei teu sexo
Teu riso
Teus sonhos
Deixei tua ausência

Tua preguiça
Teu desamparo.
Deixei o teu jeito errante de viver sem planos e sem amanhã.
Eu que quero filhos
Uma casa amarela
Plantas e gatos.
Eu que escrevo poemas
Que invento receitas
Que amo chuva e
Que quero aliança,
Domingos sem hora
Almoço em família.
Você ai vivendo o dia
Encostado na vida
Deixei tua ausência.
Deixei tudo o que jamais recebi.
Abri espaço para o espaço.
Abri espaço para o convite.
Abri espaço para o sim.
A vida não é editável
Eu sou.

PINTAR PARA SOLTAR A DOR

Eu sempre achei aquarela uma coisa bonita. Um degradê de cores, camadas suaves, a coisa aquática. Tudo meio sutil, suave, mas nem por isso, sem presença. Afinal, a gente usa a água como meio de depositar o pigmento. Quando pintei esse quadro, eu queria depositar no papel aquela história. Da vez que meu pai já doente, falou dessa tal inveja que sentia, quando via aquele homem passar de bicicleta. Os cabelos grisalhos denunciavam uma idade mais avançada do que meu pai. Ele acompanhava aquele homem com o olhar, reconhecendo seu vigor, sua disposição. Aquelas palavras ressoavam constantemente dentro de mim, desde que meu pai partiu. Curiosamente, desde que pintei esse quadro, elas deixaram de me visitar. Parece que a água leva bem mais do que cor.



Imagen de uma pintura em aquarela, com um céu representado em cores de amarelo, laranja e azul, em seu lado direito um casa amarela de portas, janela e telhado marrom. A casa aparece pela metade, surgindo da borda direita e ocupando cerca de um quarto da tela. Ao lado da casa, uma bicicleta em pinceladas pretas pouco precisas. Do lado esquerdo, acima, em meio a pintura das nuvens, recortes de papel formam uma frase que diz: eu tenho uma inveja doce.

BORDAR PARA DEFINIR NOVAS BORDAS

Texto escrito em minha rede social*

Dia desses eu inventei de aprender a bordar. Eu que nunca soube pregar um botão ou desenhar linhas retas, me aventurei. E lá estava eu, em uma loja de produtos de costura, tentando me misturar às pessoas que íntimas se debruçavam sobre o balcão.

Fingi costume, pedi uma agulha para ponto russo. Rezando pra que fosse assim o jeito certo de se dizer. Linhas, pano, bastidor. Sai segura de que seria um sucesso. Pronta para a nova habilidade que me colocaria em um outro patamar de vida. Agora eu aprenderia a bordar. Depois disso nada seria impossível.

Chegando em casa logo fui testando minhas novas aquisições. Não sei prender bastidor. A linha foge da agulha. Não consigo seguir o desenho da letra. O gato corre puxando o novelo colorido. Eu grito. Ele se esconde. Eu levanto. Derrubo o bordado, a agulha. Respiro. Tudo de novo. Acho que comprei o tecido errado.

Volto na loja outro dia: me vê um pedaço de tecido de algodão pra bordado?! O mais fino, por favor. Assim. Bem segura. Olho nos olhos da vendedora pra que ela não perceba que eu não tenho a mínima ideia do que fazer. Chego em casa. Tento de novo. O gato, a linha, a agulha.

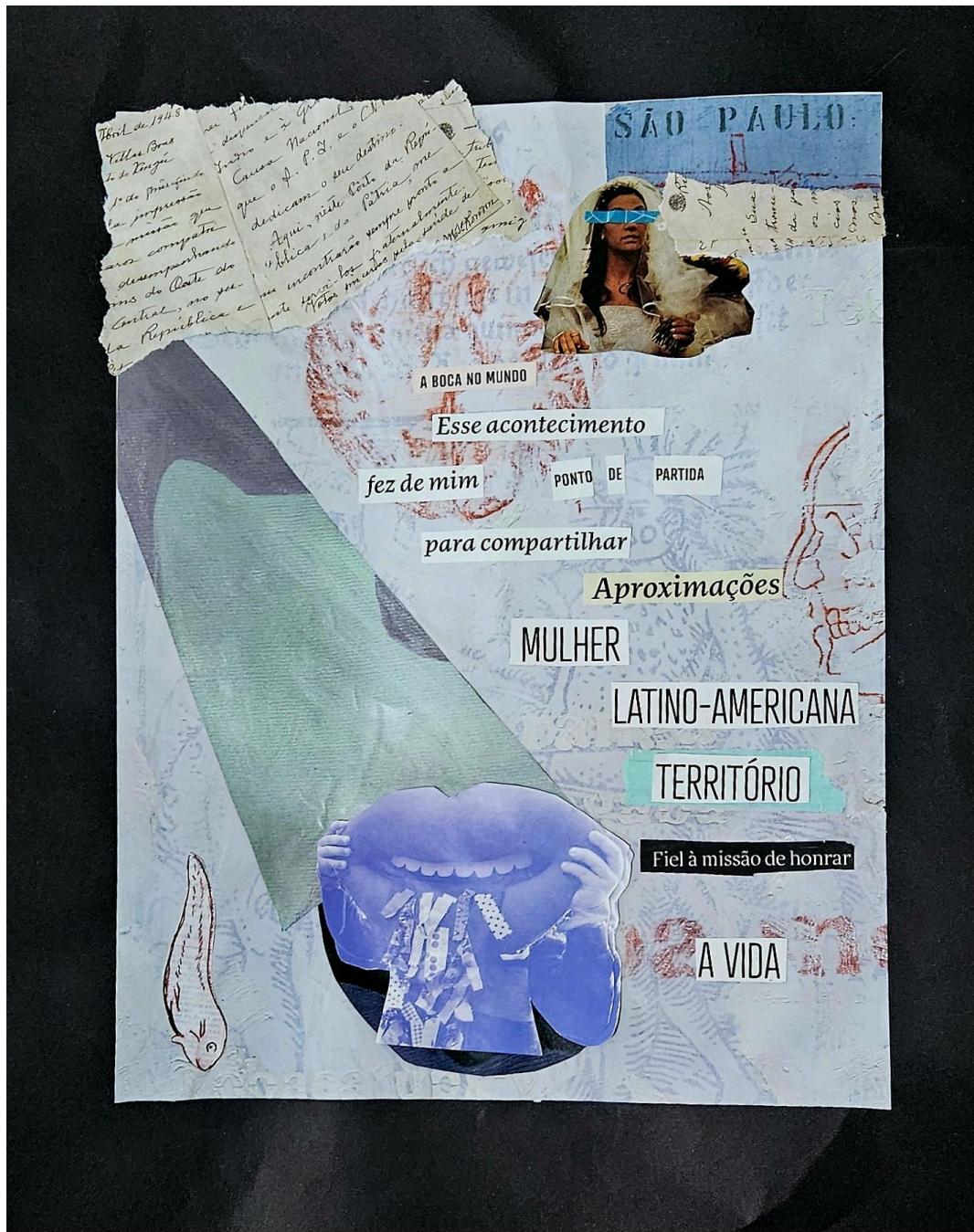
Na cabeça uma única frase ressoa: a vida presta. Tenho que bordar que a vida presta. Com bordado torto, gato à espreita, tela furada. Ainda assim, eu quero dizer que a vida presta. Bordar na linha colorida essas letras tortas. Tudo meio desajeitado. Tal como a vida é. Porque afinal, essa vida presta.



Na imagem, um bastidor redondo aparece parcialmente fotografado. Preenchido por um tecido bege claro de algodão, tem sobre si, centralizado uma frase bordada em linhas coloridas dizendo: a vida presta. Abaixo do bordado, entre a palavra vida e presta, encontra-se uma tesoura de arremate, com sua base azul e lâminas prateadas.

RECORTAR E COLAR PARA ACESSAR OUTROS MUNDOS

Eu tenho uma amiga artista visual, que trabalha com colagens. Sua alegria em recortar e colar e criar novos mundos é tanta, que eu fui capturada por esse desejo. Aceitando seu convite, passei horas entre revistas, colas, fitas e tesouras. Saí tão revigorada quanto um cochilo de uma tarde inteira. E talvez ali pude entender a sua natureza alegre e espontânea. Recortar pequenas ideias e uni-las em um cenário final, construindo pouco a pouco alguma mensagem ou significado, é uma tarefa do acaso. Tudo pode acontecer. Existe algo que dominamos no processo. A escolha. Mas o processo também nos domina. Somos convidados a ver no que dá, conforme as imagens vão sendo ajustadas na folha. Há surpresa, há um reencontro com o artista em nós. Recortar, colar, se aventurar. Quando houver tensão, quero a sorte de ter uma pilha de revistas, cola e tesoura junto de mim.



Na imagem uma folha preta com imagens recortadas e coladas sobre ela. No canto esquerdo superior um pedaço de papel com suas bordas rasgadas manualmente imita a escrita de uma carta à punho. Logo abaixo a imagem recortada representa a luz de um holofote sobre uma boca grande, cheia de papéis caindo por entre os lábios. Ao lado da boca a figura de um girino. No canto superior direito encontramos a palavra São Paulo, mais um pedaço de papel de carta rasgado, e a figura de uma mulher recortada na altura do busto, vestida de branco, com os olhos vetados por um papel azul. Logo abaixo um texto é escrito com palavras recortadas, feitas de fontes diferentes, constrói o seguinte texto: A boca no mundo / esse acontecimento/ fez de mim / ponto de partida/ para compartilhar aproximações/ Mulher Latino Americana/ Território fiel a missa de honrar a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AHMED, Sara. Viver uma vida feminista. São Paulo: Ubu Editora, 2022, p. 54-58.
- ALMEIDA, Philippe Oliveira de; ARAÚJO, Luana Adriano. DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília.
- ALVES, J.P.; COSTA, L.H.R. Mães que cuidam de filho(a)s com necessidades especiais na perspectiva de gênero. Revista Eletrônica Gestão & Saúde, v. 05, n 03, p. 796-07, 2014.
- AOTA - ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL et al. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo-traduzida. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v.
- ALZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Revista Estudos Feministas, 2000. v. 8. n. 1.
- BARBOSA, A.J.G.; OLIVEIRA, L.D. Estresse e enfrentamento em pais de pessoas com necessidades especiais. Psicologia em Pesquisa. UFJF, v.2, n 02, p. 36-50, 2008.
- BITTENCOUT, R. N. (2021). O Luto como subversão na Sociedade de Desempenho. Cadernos Zygmunt Bauman, 11(25). Recuperado de <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/16644>

BUTLER, Judith. (2018). Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista (J. P. Dias, Trans.). Chão da Feira. (Trabalho original publicado em 1988).

COSTA DE AZEVEDO, K. T. (2024). Funestos capilos: quando o cabelo feminino traduz a dor profunda do luto. *Prometheus - Journal of Philosophy*, 15(43). <https://doi.org/10.52052/issn.2176-5960.pro.v15i43.19594> (Original work published 23º de dezembro de 2023)

CLÍMACO, Júlia Campos. “Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e54235, 2020.

DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. 1990. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000*. São Paulo: Planeta, 2020. E-book.

DINIZ, Debora. "Modelo social da deficiência: a crítica feminista". *Série Anis*, v. 28, p. 1-8, jul. 2003.

DINIZ, Debora. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

EVARIST, 2007. “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”. Marcos Antônio Alexandre, org. *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, p. 146-203.

FREUD, S. (2010a). Luto e melancolia. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* (P. C. de Souza, Trad., pp. 170-194). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917).

GALHEIGO, Sandra Maria. *Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 5-25, 2020.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. "Integrating Disability, Transforming Feminist Theory." *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002.

GUIMARÃES, Raquel. "Gênero e deficiência: um estudo sobre as relações de cuidado". In: DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson (Org.). *Deficiência e discriminação*. Brasília: Letras Livres, 2010. p. 197-228.

HAN, Byung-Chul. *O desaparecimento dos rituais: Uma topologia do presente*. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

HELLER, A. (2000). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra. p. 96-99.

HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trabalho e Rendimento. "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua". IBGE, 2021. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Trabalho+e+Rendimento.+Pesquisa+Nacional+por+Amostra+de+Domic%C3%ADlios+Cont%C3%ADnua+2021>.

JESUS, Carolina Maria de. *Meu estranho diário*. Mehy e Levine (Orgs.). São Paulo: Xamã, 1996.

KITTAY, Eva F.; JENNINGS, Bruce; WASUNNA, Angela A. "Dependency, Difference and the Global Ethic of Longterm Care." *The Journal of Political Philosophy*, v. 13, n. 4, p. 443-469, 2005.

KITTAY, Eva F. *Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependency*. New York: Routledge, 1999.

LARROSA, Jorge. *Tremores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARTIN, Emily. *A mulher no corpo - Uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MATTAR, Laura Davis e DINIZ, Carmen Simone Grilo. "Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres". *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 40, p. 107-119, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0212.pdf>

MELLO, Anahi. G.; NUERNBERG, Adriano H. "Gênero e deficiência: interseções e perspectivas". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set.-dez. 2012.

MILLER, NB. *Ninguém é perfeito. Vivendo e crescendo com crianças que têm necessidades especiais*. Campinas – S.P.: Papirus, 1995.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado?. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, p. 43-57, dez. 2015.

MONTEIRO. A.C. As emoções como processos mentais: subjetividade, corpo, emoções e afetos. In: MONTEIRO, Ana Claudia Lima (Org.). *Processos psicológicos: perspectivas situadas*. Niterói: EDUFF, 2020. p. 110-127.

MORRIS, Jenny. "Impairment and Disability: Constructing an Ethics of Care that Promotes Human Rights." *Hypatia*, v. 16, n. 1, p. 1-16, 2001.

NASCIMENTO, Maria Beatriz (1942-1995). *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial Instituto Kuanza, 2007.

NÚÑEZ, Geni. Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

ROCHA, D.S.P. SOUZA, P.B.M. Levantamento sistemático dos focos de estresse parental em cuidadores de crianças com síndrome de down. *Revista Brasileira Educação Especial*. Marília, v. 24, n. 3, p. 455-464, 2018.

SCAVONE, Lucila. Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais. São Paulo: EdUnesp, 2003.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TELLES, Lygia Fagundes (1980). A disciplina do amor. São Paulo: Círculo do Livro.

TRONTO, Joan C. Caring democracy: Markets, equality, and justice. Nova Iorque: NYU Press, 2013. v. 10, n. 2 p. 611-641, 2020.

TRONTO, Joan C. Um mundo vulnerável: por uma política do cuidado. 2009. In: HIRATA, Helena. O Cuidado: Teorias e Práticas; Tradução Monica Stahel; São Paulo: Boitempo, 2022.

WANGYAL RINPOCHE, Tenzin Wangyal. A cura através da forma, da energia e da luz: os cinco elementos no Xamanismo, no Tantra e no Dzogchen do Tibete. Tenzin Wangyal Rinpoche; Mark Dahlby, (org.): tradução Claudia Gerpe Duarte. Teresópolis, RJ: Lúcida Letra, 2017.

VISÍVEL E INVISÍVEL [livro eletrônico] : a vitimização de mulheres no Brasil. -- 5. ed. -- São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. PDF Vários autores.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação. 1. ed. - Curitiba: Editora Appris, 2018.

